

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 070

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUÍZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 06: Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 07: Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**  
**14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 054ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM**  
**16 DE JUNHO DE 1999**  
*(quarta-feira)*

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Nelson Justus, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademir Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Marcos Valente Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 011/99

Curitiba, em 14.06.99

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a ceder o Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado do Paraná, localizado na sede urbana daquele município, designado por datas nºs 7 e 8 (sete e oito), da quadra nº 6 (seis), com área total de 1.125,00m<sup>2</sup>, objeto da Transcrição nº 5.543, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

A medida legal ora proposta consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que no mencionado imóvel aquela municipalidade deverá instalar e manter em funcionamento a Casa da Cultura de Marialva.

Vale salientar que a Secretaria de Estado da Administração, através da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, manifestou-se favoravelmente a tal cessão, que vigorará até 31 de dezembro de 2000, prorrogável por 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Cabe, ainda, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições expressas no sentido de que tal imóvel não poderá ter utilização diversa da prevista, sob pena de tal cessão tornar-se automaticamente sem efeito, não cabendo nenhuma indenização ou ressarcimento por obras eventualmente realizadas pelo Cessionário.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI

Governadora do Estado, em exercício

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Marialva, imóvel de propriedade do Estado, localizado na sede urbana daquele município, designado por datas nºs 7 e 8 (sete e oito), na quadra nº 6 (seis), com área total de 1.125,00m<sup>2</sup>, objeto da Transcrição nº 5.543, do livro 3/H, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata a lei, deverá ficar vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte do Município de Marialva, que construirá e instalará no local a Casa da Cultura de Marialva, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado, vigorando esta cessão até 31 de dezembro de 2000, possibilitada prorrogação por 04 (quatro) anos, mediante con-

senso entre as partes, não permitido ser o referido imóvel utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de cessão tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, o Município de Marialva, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## Ofícios:

Sob os nºs CTL/SEEG/153, 154, 155, 156, 158, 159 e 160/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

172/99: De autoria do Deputado Ricardo Chab que, dispõe sobre parcelamento de créditos tributários devidos em decorrência da legislação do IPVA e de multas de trânsito estaduais, conforme específica e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.561. **Anote-se - Arquivo-se.**

045/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Vila Rubim - ASSAVIR, com sede e foro no Município de Cambará, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.562. **Anote-se - Arquivo-se.**

072/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária da Vila de Ofícios Laranjeiras, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.563. **Anote-se - Arquivo-se.**

075/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Professor Newton Carneiro Affonso da Costa, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.564. **Anote-se - Arquivo-se.**

002/99: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Paranaense de Cegos, os imóveis que especifica, situados nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.565. **Anote-se - Arquivo-se.**

065/99: De autoria do Deputado Moysés Leônidas e outros que, concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Iosio Antonio Ueno, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.566. **Anote-se - Arquivo-se.**

050/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luiz Marcos

Suplicy Hafers, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.567. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/SEEG/157/99, do Senhor Governador do Estado, restituindo a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 164/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/SEEG/161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190 e 191/99, da Senhora Emilia de Salles Belinati, Governadora em exercício, comunicando haver sancionado os Projetos de Lei nºs:

005/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o Núcleo Terapêutico Menno Simons, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.568. **Anote-se - Arquivo-se.**

017/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de Congonhinhas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.569. **Anote-se - Arquivo-se.**

028/99: De autoria do Deputado Orlando Pesutti que, declara de Utilidade Pública a Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati, com sede e foro no Município de Irati, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.570. **Anote-se - Arquivo-se.**

029/99: De autoria do Deputado Orlando Pesutti que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária - Núcleo de Toledo, com sede e foro no Município de Toledo, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.571. **Anote-se - Arquivo-se.**

036/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública o Serviço de Assistência Social Ebenezer, com sede e foro no Município de Matinhos, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.572. **Anote-se - Arquivo-se.**

037/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Hospital Bom Jesus, com sede e foro no Município de Rio Negro, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.573. **Anote-se - Arquivo-se.**

044/99: De autoria do Deputado Waldyr Pugliesi que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores das Vilas Araçonguinhos, São Luiz, Gaúcha, Parque Siomara e Jardim Astúrias, com sede e foro no Município de Araçongas, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.574. **Anote-se - Arquivo-se.**

055/99: De autoria do Deputado Moysés Leônidas que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Visuais de Londrina, Rolândia e Cambé - ADEVILORC, com sede e foro no

Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.575. **Anote-se - Arquivo-se.**

064/99: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Estrada Paulista e Iguaçu - AMEPI, com sede e foro no Município de Icaraíma, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.576. **Anote-se - Arquivo-se.**

071/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação Belém de Serviço Social e Filantrópica da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, com sede e foro no Município de Palmital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.577. **Anote-se - Arquivo-se.**

076/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio à Criança Carente - ACRICA, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.578. **Anote-se - Arquivo-se.**

099/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Baratter que, declara de Utilidade Pública a Fundação "Consciência e Trabalho", com sede e foro no Município de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.579. **Anote-se - Arquivo-se.**

117/99: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública o SOS Vida Animal, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.580. **Anote-se - Arquivo-se.**

118/99: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública a Associação Cultural de Orquidófilos, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.581. **Anote-se - Arquivo-se.**

121/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.582. **Anote-se - Arquivo-se.**

131/99: De autoria do Deputado Edson Praczyk que, declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cristã, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.583. **Anote-se - Arquivo-se.**

132/99: De autoria do Deputado Cesar Seleme que, declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, com sede e foro no Município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.584. **Anote-se - Arquivo-se.**

140/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a Creche Novo Amparo, com sede e foro no Município de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.585. **Anote-se - Arquivo-se.**

143/99: De autoria do Deputado Antonio Carlos Belinati que, declara de Utilidade Pública a

Associação de Pais e Amigos da Criança Neurológica - APAMCRIN, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.586. **Anote-se - Arquivo-se.**

145/99: De autoria do Deputado Beto Richa que, declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Carlópolis, com sede e foro no Município de Carlópolis, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.587. **Anote-se - Arquivo-se.**

146/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Elza Grassiotto Caselli, com sede e foro no Município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.588. **Anote-se - Arquivo-se.**

149/99: De autoria do Deputado Edno Guimarães que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância de Tapejara, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.589. **Anote-se - Arquivo-se.**

151/99: De autoria do Deputado José Maria Ferreira que, declara de Utilidade Pública a Creche Semente da Paz, Associação dos Amigos da Criança, com sede e foro na Cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.590. **Anote-se - Arquivo-se.**

152/99: De autoria do Deputado Hidekazu Takayama que, declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Residencial Solar - ASSOLAR, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.591. **Anote-se - Arquivo-se.**

159/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ivaí, com sede e foro no Município de Ivaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.592. **Anote-se - Arquivo-se.**

160/99: De autoria do Deputado Hermas Brandão que, declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Cristo Rei, com sede no Município de Ivaí e foro no Município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.593. **Anote-se - Arquivo-se.**

161/99: De autoria do Deputado Luiz Accorsi que, declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno "Nosso Lar", com sede e foro no Município de Loanda, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.594. **Anote-se - Arquivo-se.**

174/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação do Voluntariado de Campo Magro e foro no Município de Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.595. **Anote-se - Arquivo-se.**

184/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação de Pequenos Agricultores de Boa Vista, com sede no Município de Guamiranga e foro no Município de Imbituva, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.596. **Anote-se - Archive-se.**

185/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa de Voluntariado de Tomazina, com sede no Município de Tomazina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.597. **Anote-se - Archive-se.**

191/99: De autoria do Deputado Algaci Tulio que, declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes de Palotina, com sede e foro no Município de Palotina, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.598. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº 070/99, do Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Demonstrativo das Alterações de Despesas realizadas em março e abril de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 082/99, do Senhor Giovanni Gionédís, Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando Demonstrativos das Alterações de Despesas realizadas em maio de 1999. **Ao Conhecimento da Casa.**

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 1322

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência na tramitação legislativa do Projeto de Lei 98/99 que concede "Utilidade Pública" ao Instituto Gralha Azul.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) BETO RICHIA

### REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 241/99, que proíbe a comercialização e uso de armas de fogo no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) RICARDO MAIA

### REQUERIMENTO Nº 1319

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o Plenário, seja assegurado os meios e

condições para a realização de um Seminário no dia 18 de agosto de 1999, para analisar a Política Cultural e os Projetos de Lei em tramitação nesta Casa de Leis, que dispõem sobre a Cultura e os mecanismos necessários ao seu incentivo e promoção.

A realização deste evento é de fundamental importância para que representantes da sociedade civil, entidades e organizações de apoio, promoção e difusão da cultura, em conjunto com representantes do legislativo paranaense possam estudar, possam debater e aperfeiçoar os projetos de lei que tramitam nesta Assembléia, ajustando estas medidas às necessidades inerentes a uma legislação que tenha longa duração e eficácia na sua implementação. Outrossim, a cultura constitui elemento imprescindível da constituição e da unidade de um povo ou nação, que busca no progresso técnico-científico e no aperfeiçoamento de suas instituições, públicas e privadas, soluções e eficazes para o problema do desenvolvimento e da superação das desigualdades sociais, que hoje marca tão profundamente a sociedade brasileira e paranaense.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) ANGELO VANHONI

### REQUERIMENTO Nº 1304

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o Plenário, a consignação, na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Santa Isabel do Ivaí, pelo transcurso de seus 47 anos de emancipação política, no próximo dia 02/julho/99.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Sr. José do Carmo Lavognoli, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito, Senhor Izidoro Camilo Foleto, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

É com muito orgulho que toda a população de Santa Isabel do Ivaí irá comemorar seus 47 anos de emancipação política, no próximo dia 02 de julho.

Cumprimentamos efusivamente toda a comunidade de Santa Isabel do Ivaí, principalmente aqueles que, como nós acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

A união de povo e administração municipal tem trazido o progresso a região, pois cada um fazendo a sua parte todos serão beneficiados.

Portanto, com esta proposição homenageamos o povo sincero e amigo de Santa Isabel do Ivaí certos de que continuarão com a mesma garra o trabalho desenvolvido em prol da grandeza do município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado, parabeniza formulando votos de prosperidade para o Município de Santa Isabel do Ivaí para que continue produzindo os frutos almejados para galardão de seus administradores e felicidade de toda a população.

#### REQUERIMENTO Nº 1305

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações à PROJECON Engenharia Civil Ltda., pela homenagem por ocasião do Dia da Indústria.

Fundada em 1975, a PROJECON era uma pequena cuja atividade principal era a elaboração de projetos arquitetônicos e estruturais. Vinte e quatro anos depois, ocupa posição de destaque no mercado em que atua, sendo reconhecida nacionalmente como uma das empresas mais tradicionais na área de infra-estrutura de redes telefônicas, além de trabalhar nas áreas de saneamento, construção e incorporação de edifícios residenciais.

Mesmo nas obras realizadas fora de Ponta Grossa, 80% da mão de obra utilizada é Pontagrossense a obter essa certificação.

Hoje a PROJECON Engenharia Civil Ltda. representa a indústria da construção civil e vem participando ativamente no progresso da Região dos Campos Gerais.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência aos diretores da PROJECON Engenharia Civil Ltda., Elton Cunha Doná, Ozires Alberti e Rudy Arthur Cury Laroca, assim como aos funcionários da empresa, na Rua J. Castilho, 734, Ponta Grossa, PR.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Excelentíssimo Sr. Miguel Lourenço Horning Batista, DD. Prefeito Municipal da Cidade da Lapa, pelos relevantes serviços prestados à coletividade.

Requer ainda que seja enviado cópia do presente requerimento ao homenageado sito à Praça Mirazinha Braga, 87, CEP 83750-000, Lapa, PR.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente homenagem, tem por objetivo, enaltecer o trabalho desenvolvido pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal da Cidade da Lapa, Sr. Miguel Lourenço Horning Batista, que com garra e determinação tem enfrentado os problemas sociais da comunidade lapeana, buscando soluções através dos Governos Federal e Estadual, assim como da iniciativa privada, no intuito de conseguir recursos para dar continuidade às obras do município, visando melhorar a qualidade de vida da população.

A Lapa, é sem duvida, uma das mais importantes cidades de nosso Estado, devido a sua participação na história de nosso Estado, fato que torna um patrimônio artístico e histórico a nível nacional.

A Cidade da Lapa tem se destacado também como berço de inúmeros cidadãos ilustres no cenário político paranaense, o que nos leva a homenageá-la, nos seus 230 anos de emancipação política, bem como toda população que faz dessa cidade, um importante polo turístico de nosso Estado.

Face ao exposto, e considerando a relevância dos trabalhos desenvolvidos pelo Prefeito Miguel Lourenço Horning Batista, em prol da comunidade lapeana e de nosso Estado, é que proponho que seja concedido por esta augusta Casa de Leis, o presente voto de congratulações ao homenageado.

#### REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja registrado nesta Casa votos de congratulações, ao Jornal do Estado, pela comemoração dos seus 16 anos de atividades a ser festejado amanhã (dia 17/06/99).

Entendemos que essa comemoração não será a mesma, pela ausência de seu Diretor Roberto Barrozo Filho, falecido no último dia 13, mas também representa a certeza de que será mantido o ritmo que sempre manteve em defesa da ordem e da democracia.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) TONY GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1323

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Sindicato da Habitação, SECOVI, PR, alusivos a posse da nova diretoria eleita, biênio 1999/2000, que ocorrerá na data de hoje.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente Hudson Alberto Chagas Bonomo, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Padre Anchieta, nº 165, CEP 80410-030, Curitiba, PR.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 1325

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Dr. Sidney Zappa, solicitando remessa a esta Casa de Leis de cópia dos Autos autorizando o monitoramento e interceptação das ligações telefônicas do Movimento Sem Terra, bem como as razões que fundamentaram o pedido.

O referido pedido se justifica pelo fato de haver informações de que tal procedimento iniciou-se sem a devida autorização legal, sendo esta efetivada posteriormente.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 1315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado da Educação, Senhora Alcyone Saliba solicitando a reativação do Curso de Magistério em Nível Normal, no Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez, em Ponta Grossa, a partir do ano 2000.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por finalidade solicitar a reativação do Curso de Magistério em Nível Normal no Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez, em Ponta Grossa, a partir do ano 2000.

No último dia 1º de junho, a comunidade deste Instituto, representada pela APM e professores, reuniu-se para discutir e analisar a possibilidade da reimplantação do Curso de Magistério, chegando à conclusão de que a Escola reúne todas as condições para tanto, conforme proposto pela Resolução nº 2 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, de 19/04/99.

A reativação do Curso de Magistério em Nível Normal no Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez, viria de encontro aos anseios da população pontagrossense, que tem se manifestado em favor desta medida.

Esta decisão significaria um avanço qualitativo em termos de educação no Município de Ponta Grossa, pois resgataria um trabalho de formação de professores, ao qual o Instituto de Educação Estadual Professor Cesar Prieto Martinez é dedicado há mais de 75 anos.

#### REQUERIMENTO Nº 1320

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Jaime Lerner, solicitando que adote medidas urgentes no sentido de atender as reivindicações constantes no VI Grito da Terra - 1999, apresentadas na sessão de hoje nesta Casa de Leis, onde é postulado a aprovação do FUNDAF no prazo de 90 dias.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(aa) VALDIR ROSSONI, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, ADEMAR TRAIANO, MARCOS ISFER, LUIZ ACCORSI, RICARDO CHAB, AUGUSTINHO ZUCCHI, MILTON PUPPIO, LUIZ CARLOS ZUK, PÉRICLES MELLO, ORLANDO PESSUTI, EDGAR BUENO, IRINEU COLOMBO, ÂNGELO VANHONI, WALDYR PUGLIESI, RENATO GAÚCHO, ADEMIR BIER, ANTONIO ANNIBELLI, HERMAS BRANDÃO, JOSÉ MARIA FERREIRA, SERAFINA CARILHO, EDNO GUIMARÃES, ALGACI TULIO, ANTONIO BARATTER, CAÍTO QUINTANA, DIVANIR BRAZ PALMA, CARLOS SIMÕES, NELSON JUSTUS, RICARDO MAIA, NEREU MOURA E EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

Dentre as reivindicações apresentadas a que mais se destaca é a criação Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar - FUNDAF; a respeito do que tramita nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 264/99.

A aprovação do Projeto de Lei nº 264/99 e o atendimento às demais reivindicações é de extrema urgência pois, caso contrário, permanecerá a situação crítica em que os agricultores familiares se encontram, sendo que reflexos imediatos e negativos sobre toda a sociedade paranaense se farão sentir com o conseqüente agravamento do êxodo rural, desemprego e fome no campo.

#### REQUERIMENTO Nº 1324

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado o Secretário de

Segurança do Estado do Paraná, Senhor Cândido Martins de Oliveira, solicitando informações sobre a data em que foi solicitado o monitoramento e interceptação das ligações telefônicas do Movimento Sem Terra, bem como as razões que fundamentaram o pedido.

O referido pedido se justifica pelo fato de haver informações de que tal procedimento iniciou-se sem a devida autorização legal, sendo esta efetivada posteriormente.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) IRINEU COLOMBO

#### REQUERIMENTO Nº 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja convocado o Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Senhor Cândido Martins de Oliveira, para prestar informações sobre o grampo telefônico realizado contra o Movimento Sem Terra.

O referido pedido se justifica pelo fato de haver informações de que tal procedimento iniciou-se sem a devida autorização legal, sendo esta efetivada *a posteriori*, e também pelo conhecimento público que se deu às informações da escuta, as quais se destinavam para fins judiciais e nunca publicitários.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 327/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Os hotéis e similares ficam obrigados a determinar que os clientes preencham as seguintes fichas, no âmbito do Estado do Paraná, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade:

- a) Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH;
- b) Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH.

Art. 2º - Os hotéis e similares deverão fornecer até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência, ao Conselho Estadual de Turismo, as seguintes informações:

I - perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo os estrangeiros dos nacionais;

II - registro quantitativo de hóspedes, com taxas de ocupação e permanência médias e número de hóspedes por Unidade Habitacional (UH).

Art. 3º - Para fins do artigo anterior, os meios de hospedagem utilizarão obrigatoriamente, as informações constantes dos impressos da Ficha Nacional de Registros de Hóspedes - FNRH, e o Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, aprovados pela EMBRATUR.

Parágrafo Único - As informações relativas a cada hóspede (individual), constantes da FNRH, serão mantidas pelo período de 06 (seis) meses pela administração dos hotéis ou similares e a cópia encaminhada ao Conselho Estadual de Turismo.

Art. 4º - Ficam os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º, obrigados a distribuírem aos seus usuários, panfletos e boletins de orientação, quanto aos cuidados para evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS (HIV), entre outros.

Art. 5º - As empresas ou entidades ou administradoras de meios de hospedagem deverão observar o cumprimento dos dispositivos legais; nos termos da Lei Federal nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977; e da Lei nº 8.118, de 28 de março de 1991, já com as suas devidas alterações e, da Deliberação Normativa nº 367, do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, de 26 de novembro de 1996, para o exercício de suas atribuições.

Art. 6º - O descumprimento do que dispõe à presente Lei, importará em multa administrativa no valor de 10.000 (dez mil) UFIRs, aplicando-se o dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º - As multas não recolhidas no período de 30 (trinta) dias, a contar do auto de infração (AI), serão exigidas através de execução, promovida pela Procuradoria do Estado.

Art. 8º - As multas fixadas e aplicadas na presente Lei, serão divididas em:

- a) 50% (cinquenta por cento) destinado ao Fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e,
- b) 50% (cinquenta por cento) destinadas ao Fundo da Secretaria de Turismo do Estado.

Art. 9º - À Secretaria Estadual de Turismo, caberá a fiscalização, bem como a aplicação da multa da presente lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, muito se avançou no combate as agressões contra as crianças e adolescentes, porém ações mais enérgicas precisam ser implantadas, para combatermos a prostituição dos nossos jovens e ainda diminuir a incidência de casos de doenças sexualmente transmissíveis como a AIDS.

Segundo dados de pesquisa, o número de crianças e adolescentes estuprados aumentou assustadoramente, mostrando a necessidade de restringir a liberdade a que estão sujeitos os menores de 18 (dezoito) anos.

Sendo assim, o presente projeto visa coibir a entrada e permanência de criança ou adolescentes, menores de 18 (dezoito) anos em estabelecimentos de motéis ou similares, como também coibir (inibir) o oportunismo de maus elementos, marginais e similares a se utilizarem de tais estabelecimentos para se esconderem de batidas policiais e etc.. Além disso, estabelece dispositivos para orientação dos freqüentadores de tais estabelecimentos, quanto as doenças sexualmente transmissíveis, como é o caso da AIDS (HIV).

Cumpre-me, ainda na oportunidade, lembrá-los, data máxima vênua, que o disposto no Artigo 250 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA), constitui situação diversa do presente projeto; o que seguramente será de grande valia para a família paranaense a aprovação do presente projeto, e assim, cumprimos o nosso papel de legisladores e cidadãos.

Assim esperamos contar com o apoio e a aprovação dos Senhores Deputados que integram este parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 328/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica acrescido o inciso XIV ao Art. 249, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), com a seguinte redação:

“Art. 249 - ...

XIV - faltas não justificadas, até o nº de 05 (cinco) no quinquênio.”

Art. 2º - Consideram-se anistiadas as faltas existentes anteriormente à presente lei para o gozo de licença ou a contagem em dobro.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Administração Pública vinha garantindo a licença especial aos seus servidores públicos, mesmo que esses tivessem até 60 faltas em um quinquênio. Considerando tal referência com base no Artigo 128 da Lei nº 6.174/70 que diz ser considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de faltas não justificadas, não excedentes de sessenta dias, durante um quinquênio (inciso XIX).

Em fevereiro de 1998 o nosso egrégio Tribunal de Contas através de um parecer firmou a interpretação de que se a licença especial é um prêmio o servidor não pode ter faltas no serviço.

Entendemos pode estar o Tribunal de Contas a restringir a interpretação; no entanto, a decisão se torna muito drástica e acaba retroagindo no tempo.

Por 28 anos de existência da Lei nº 6.174/70 interpretou-se de forma diferente, agora, sem qualquer aviso, muda-se tudo. Atingindo licenças e contagens efetivadas em 1980, 1985, 1990... gerando total insegurança. Sem contar que o servidor já foi descontado por esta falta, foi obrigado a repor e, no caso dos professores ainda teve outros prejuízos, vez que a falta impede uma promoção...

Além disso se trata de uma discriminação, pois todos os servidores que não são submetidos a ponto, acabam sendo beneficiados...

Dentro do próprio Tribunal de Contas temos pensamentos divergentes, expressos em PARECERES (Parecer nº 7171/98 da Procuradora Drª Valéria Borba; Parecer nº 15032/98 da Procuradora Drª Célia Rosana Moro Kansou; Parecer nº 15825/98 do Procurador Geral do Tribunal de Contas, Dr. Lauri Caetano da Silva).

Lembramos ainda, que o Município de Curitiba garante a licença especial, mesmo que o professor tenha até 5 faltas em um quinquênio ou até 10 faltas no decênio.

A presente lei trará um pouco de tranquilidade, especialmente à categoria dos professores que foram os mais prejudicados com a nova interpretação do Tribunal de Contas.

Queremos ainda, esclarecer que a SEAD vem tornando sem efeito contagem em dobro (acervo) já concedido 20, 15, 10 ou 5 anos atrás, gerando uma insegurança muito grande aos funcionários, aprovando esta lei se fará justiça aos funcionários públicos.

PROJETO DE LEI Nº 329/99

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Londrinense de Saúde Mental", com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação Londrinense de Saúde Mental há dois anos luta pelo respeito à pessoa humana e crê nos novos modos de lidar com a insanidade mental, não como instrumento de segregação e opressão, mas de novas referências de sociabilidade, de produção e de humanidade.

Visa contribuir ativamente para que a legislação psiquiátrica garanta os direitos dos chamados "doentes mentais", lutando contra a discriminação dessas pessoas no meio social.

A Associação apóia também os avanços da Reforma Psiquiátrica que visa mudar a cultura e assistência à saúde mental, substituindo, gradativamente, manicômios e sanatórios por serviços mais modernos e mais humanizados.

Portanto, por entender como justa a causa desta Associação e por considerar o trabalho de extrema importância para o município de Londrina e região, conto com a aprovação da presente Lei.

**PROJETO DE LEI Nº 330/99**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Doutor Ary de Christan.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) MARCOS ISFER

**JUSTIFICATIVA:**

A concessão do Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná é uma das maiores honrarias concedidas aos homens de bem que prestaram e prestam serviços à comunidade paranaense.

Dr. Ary de Christan, nasceu em 12 de janeiro de 1930, em Curitiba-PR, sendo filho de Victório Christan e Angelina Luquetta de Christan.

Cursou o 1º Grau na Escola Isolada no Barigüi do Seminário e no Colégio Senhor Bom Jesus.

Concluiu o 2º Grau no Colégio Estadual do Paraná.

Formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

Realizou o Curso de Especialização em Cardiologia, na PUC do Rio de Janeiro.

Tendo ingressado no Serviço de Saúde do Exército, realizou o Curso de Adaptação na Escola de Saúde do Exército, no Rio de Janeiro.

Concluído o curso de adaptação, foi nomeado 1º Tenente Médico e designado para prestar serviços no CPOR de Curitiba, como instrutor de Higiene e Primeiros Socorros e para a Chefia do Curso de Saúde. Concomitantemente, prestava assistência médica ao pessoal do CPOR e 5ª Companhia de Intendência.

Foi nomeado Comandante da 5ª Companhia Independente de Saúde, sediada no Aquartelamento da Praça Osvaldo Cruz, permanecendo nesta função durante 5 anos.

Neste período, organizou a Operação ACISO, efetivada na região de Cascavel e Guaraniaçu.

Concentrou no Hospital da Caridade a maior parte das suas atividades, destacando-se o atendimento aos indigentes.

Exerceu as funções de Chefe de Clínica, no Serviço de Clínica Médica masculina, e a Chefia do Serviço de Cardiologia, da Clínica de Emergências 24 Horas e do Centro Coronariano.

Desempenhou a Presidência do Conselho Geral da Irmandade durante 12 anos.

Na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sua primeira atividade foi como assistente da Disciplina de Clínica Propedêutica Médica.

Em 1972, assumiu a chefia da Disciplina e, em 1975 a Coordenação da Disciplina de Cardiologia.

Em 1978, assumiu as funções de Diretor do Curso de Medicina da Universidade Católica do Paraná e a Subchefia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Em 1979, foi nomeado para a Direção do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, onde permaneceu durante 6 anos.

Completo suas atividades na PUC/PR desempenhando as funções de Assessor da Reitoria.

Pela Universidade Federal do Paraná, desempenhou as funções de Pró-Reitor da Pró-Reitoria de Órgãos Suplementares.

Membro Titular Fundador da Academia Paranaense de Medicina.

Membro Fundador da Sociedade Paranaense de Cardiologia.

Titular da Cadeira nº 39 da Academia Nacional de Medicina Militar.

Membro Correspondente da Academia Nacional de Medicina.

No Instituto Paranaense dos Cegos, desempenhou a Presidência do Conselho Deliberativo durante 10 anos.

PROJETO DE LEI Nº 331/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Denomina "Francisco Sady de Brito", o trecho da PR-340, compreendido entre o Município de Telêmaco Borba e o Município de Tibagi.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Francisco Sady de Brito, foi Deputado Estadual por duas legislaturas. Nasceu em Santa Barbara no Rio Grande do Sul, aos 23 de abril de 1901, filho de Eduardo de Brito e Josefina Dorneles de Brito; permanecendo naquele Estado até a idade de 21 anos, onde exercia a profissão de Telegrafista.

Aos 21 anos, veio ao Paraná dedicando-se à agropecuária, casou-se com Noemia dos Santos, no Distrito de Conchas, Município de Ponta Grossa, onde fixou residência. E mais tarde, veio a ter com a Sra. Noemia os seguintes filhos:

Antônio Eduardo de Brito casado com Emmy Noenberg de Brito; Ruth de Brito, casada com Roberto Rubens de Souza; Antonieta de Brito, casada com Hélio Campos; Moacyr de Brito, casado com Elair Ferreira de Brito; Sebastião de Brito, casado com Tânia Mara Justus de Brito; Ione de Brito, divorciada de Joel Martins; Ivone de Brito, casada com Luiz Manuel Slaviero de Quadros.

Em 1928, mudou-se para o Município de Reserva, vindo assumir a Prefeitura Municipal de 1932 a 1934.

Em 1937, mudou-se para Ortigueira e em 1942 passou a ter residência simultânea na Cidade de Ponta Grossa, permanecendo com suas atividades comerciais em Ortigueira.

Em 1952, foi criado o Município de Ortigueira, sendo o Sr. Francisco Sady de Brito eleito como primeiro Prefeito do mesmo.

Em 1954, foi eleito para o cargo de Deputado Estadual; em 1958, foi reeleito Deputado Estadual exercendo seu mandato até o ano de 1962.

E assim, continuou tendo participação ativa nos meios políticos deste Estado, vindo a falecer em 05 de novembro de 1985.

PROJETO DE LEI Nº 332/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, o imóvel constituído pelo lote de terreno, sob nº 06 (seis) da quadra nº 13 (treze), sob nº de ordem 15.185, registrado no Registro de Imóveis - 1ª Circunscrição do Município de São José dos Pinhais, situado na Cidade de Guaratuba.

Parágrafo Único - O imóvel acima descrito servirá como sede da Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba, não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que nele existam ou que por ventura venham ser edificadas ao Estado do Paraná, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Colônia de Pescadores Z-7 de Guaratuba vem prestando relevantes serviços a comunidade do litoral do Paraná e necessita, com urgência melhorar a sua sede, onde centenas de pessoas são atendidas, diariamente, pelos serviços médicos, odontológicos, assistenciais, advocatícios, etc..

A sede da Colônia está situada em imóvel pertencente ao Estado do Paraná e como podemos perceber pelas fotos anexadas ao projeto, a edificação que abriga a colônia está em péssima situação de conservação, justificando a solicitação da entidade pois com a posse do imóvel a Colônia de Pescadores poderá realizar serviços para recuperar a sede e torná-la apta para receber a comunidade de Guaratuba e região.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 333/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Colônia dos Pescadores da Ponta da Pita Z-8, com sede e foro no Município de Antonina, deste Estado.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

A Colônia dos Pescadores da Ponta da Pita Z-8, com sede no município de Antonina, entidade fundada em 15 de setembro de 1968, agrega vários associados, todos pescadores, de origens humildes, que sustentam suas famílias com os frutos retirados do mar.

A atual diretoria, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem estar destes pescadores, seus associados, pleiteando junto aos órgãos governamentais, municipais, estaduais e federais, quanto ao alcance de recursos para melhorar as condições de pesca, com novas construções para acomodar os pescadores, mantê-los acondicionados, proporcionando assim a venda destes produtos a população em melhores condições de consumo.

Outrossim, a diretoria vem desenvolvendo outras atividades referentes, ao fornecimento de cestas básicas, medicamentos, encaminhamentos médicos, hospitalares e outros atendimentos, sempre em prol das famílias dos pescadores e associados.

Em vista do acima exposto, achamos ser a mesma merecedora da Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 334/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, com sede e foro no Município de Jacarezinho Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro, tem como objetivo garantir a implantação das diretrizes do sistema único (SUS) nos municípios consorciados, conforme estipulado nos artigos 196 a 200 da Constituição Federal. Representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse perante quaisquer entidades do direito público e privado, nacionais e internacionais.

PROJETO DE LEI Nº 335/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Apoio, Valorização e Inte-

gração do Deficiente Auditivo, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) BETO RICHÁ

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação oferece campo de pós-graduação e estágio para estudantes das diversas Instituições de Ensino Superior nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, serviço social, terapia ocupacional, musicoterapia, marketing, dança, educação física. tem como objetivo promover o crescimento e a integração dos deficientes auditivos e físicos.

PROJETO DE LEI Nº 336/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º da Lei nº 12398/98, transformando a PARANAPREVIDÊNCIA em autarquia, ficando com a seguinte redação:

Art. 2º - A PARANAPREVIDÊNCIA, passa a ser uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, vinculada à Secretaria de Estado da Administração.

§ 1º - Aplicam-se à PARANAPREVIDÊNCIA, todas as regras de direito público, notadamente, as relativas ao controle e fiscalização dos atos administrativos, destacando-se a Lei 8.666/93 e suas alterações.

Art. 2º - Ficam revogados os artigos 3, 4, 5, 6 e 7, da Lei 12.398/98, ficando com a seguinte redação:

Art. 3º - suprimido

Art. 4º - suprimido

Art. 5º - suprimido

Art. 6º - suprimido

Art. 7º - suprimido

Art. 3º - Fica alterado o *caput* do art. 9º, da Lei 12.398/98, ficando com a seguinte redação:

Art. 9º - Os Presidentes de Conselho serão eleitos pelos seus Pares e os Diretores indicados pelo Conselho de Administração e nomeados pelo Governador do Estado, para exercício por um período de 06 (seis) anos, podendo haver recondução.

Art. 4º - Fica alterado o art. 10 da Lei 12.398/98, dando nova redação à composição do Conselho de Administração, ficando assim disposto:

Art. 10 - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos e 7 (sete) suplentes, respeitando a seguinte distribuição:

I - 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes eleitos pelos servidores;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Executivo;

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Judiciário;

IV - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente pelo Poder Legislativo;

V - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Ministério Público;

Parágrafo Único - Escolha dos cargos e funções atinentes ao Conselho de Administração, se dará por votação entre os pares.

Art. 5º - Fica alterado o art. 78, da Lei 12.398/98, modificando as alíquotas de contribuições ficando com a seguinte redação:

Art. 78 - A contribuição mensal dos servidores públicos paranaenses para o Fundo de previdência será de 10% (dez por cento) sobre a parcela da remuneração.

Parágrafo Único - ficam isentos de contribuir com a PARANAPREVIDÊNCIA, os aposentados e pensionistas com mais de 70 anos, e os aposentados por invalidez independente de faixa etária.

Art. 6º - Fica alterada a composição do Conselho Fiscal da PARANAPREVIDÊNCIA estabelecida pela Lei 12.398/98, ficando da seguinte forma:

Art. 20 - O Conselho Fiscal compor-se-á por 8 (oito) suplentes, respeitando a seguinte distribuição:

I - 4 (quatro) membros efetivos e 4 (quatro) suplentes eleitos pelos servidores;

II - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Executivo;

III - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Poder Judiciário;

IV - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente pelo Poder Legislativo;

V - 1 (um) membro efetivo e 1 (um) suplente indicado pelo Ministério Público;

Parágrafo Único - Escolha do Presidente e demais cargos e funções atinentes ao Conselho Fiscal, se dará por votação entre os Pares.

§ 1º - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês, com a presença da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 2º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal perceberão, mensalmente, pelo desempenho de suas funções a importância equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração paga aos membros do Conselho de Administração.

§ 3º - O Presidente do Conselho terá direito a voz e voto, inclusive de desempate.

Art. 7º - Fica alterado o § 2º do art. 70, da Lei 12.398/98, ficando com a seguinte redação:

Art. 70 -...

§ 1º -...

§ 2º - os aposentados e pensionistas terão a revisão de suas aposentadorias, proventos, benefícios e vantagens, nos mesmos índices e condições aos servidores em atividade.

Art. 8º - A adesão do servidor público a assistência médico-hospitalar de que trata a lei 12.398/98, será opcional, e se realizará mediante contrato entre a PARANAPREVIDÊNCIA e o servidor, o qual discriminará todos os serviços a que o usuário fará jus, contendo autorização expressa para desconto em sua folha de pagamento.

§ 1º - O Conselho de Administração elaborará no prazo de 90 dias um plano de assistência Médico-Hospitalar, discriminado todos os serviços que serão prestados pela PARANAPREVIDÊNCIA aos seus usuários.

Art. 9º - Fica assegurado aos servidores inscritos na PARANAPREVIDÊNCIA, nos termos da Lei 12.398/98, que exercem atividades comprovadamente penosas, perigosas e insalubres o direito a aposentadoria especial nos termos das Leis 10.692/93 e 6174/70.

Art. 10 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente as contidas na Lei 12.556/99.

Sala das Sessões, em 16 .06.99.

(aa) ANGELO VANHONI, HERMES DA FONSECA, ADEMIR BIER, CAÍTO QUINTANA, NEREU MOURA, EDGAR BUENO, WALDYR PUGLIESI, PÉRICLES MELLO, IRINEU COLOMBO, ANTONIO ANNIBELLI, EDSON STRAPASSON, ORLANDO PESSUTI E JOSÉ MARIA FERREIRA.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, visa alterar a Lei 12.398/98, que instituiu o PARANAPREVIDÊNCIA, introduzindo diversas modificações, dente as quais destaca-se:

1- Natureza jurídica: passa a referida entidade criada pela Lei 12.398/98, a ser de natureza jurídica de direito público, ficando assim a dita entidade submetida aos princípios de direito público, e a seus mecanismos de controle de fiscalização. Salienta-se imperiosa tal alteração por tratar-se de entidade que desenvolve atividade típica do Estado, não delegável a entidades de caráter privado.

O objeto da PARANAPREVIDÊNCIA, consiste em atividade revestida do mais elevado interesse público, da qual a responsabilidade do Estado é inafastável.

Desta forma, cabe ao Estado e apenas a ele, desenvolver tal atividade. Não se concebendo aventurar tal empreendimento às mãos da iniciativa privada, sem qualquer mecanismo eficaz de fiscalização e controle.

Destaca-se por fim, estar em questão o sistema previdenciário do funcionalismo estadual cuja responsabilidade direta e inafastável é do Estado, a qual deve ser cercada de todas as garantias, controle e fiscalização, para que possa atingir os fins colimados.

2 - A supressão dos artigos 5 a 7, da Lei 12.398/98, que instituiu o PARANAPREVIDÊNCIA, visa retirar da lei ora alterada as disposições conflitantes com a nova natureza jurídica proposta à entidade.

3 - A alteração prevista no artigo 3º desta proposição, estabelece igualdade de participação entre o Governo do Estado e os destinatários do sistema previdenciário, coisa que não está assegurada na Lei 12.398/98, a qual prevê que o presidente do Conselho de Administração seja nomeado pelo Governador.

Salienta-se a necessidade de uma participação efetiva dos servidores em tal sistema, uma vez que, são estes os que sofrem primeira e diretamente, os efeitos do bom ou do mal gerenciamento do sistema.

Dessa forma, torna-se imperioso, que participem efetivamente, com real poder de decisão, na condução do sistema. Ademais, tal participação atende ao princípio democrático assegurado pela Carta Magna Federal, como fundamento primeiro do Estado de direito.

4 - O artigo 4º da referida proposição, modifica a composição do Conselho de Administração, regulando de forma mais equânime a representatividade deste.

A nova composição proposta, distribui a cada um dos Poderes do Estado, uma igual cota de representação, garantindo a participação de cada um destes entes, necessária para uma adequada condução do sistema, bem como ao Ministério Público, cujo múnus principal é o de fiscal da Lei, e defensor do interesse público.

5 - No Artigo 5º, temos assegurado a manutenção das alíquotas praticadas antes da vigência do PARANAPREVIDÊNCIA, o qual majorou as mesmas implicando em redução salarial, haja visto que os servidores públicos estaduais, estão a mais de três anos sem qualquer reajuste salarial.

A propósito, vale lembrar que a Constituição Federal veda expressamente, em seu art. 7º, VI, qualquer redução salarial, salvo em caso de convenção ou acordo coletivo.

Destaca-se também que a contribuição dos aposentados e pensionistas para o PARANAPREV-IDÊNCIA, fica isenta após à idade de 70 anos pela necessidade de proteger estes assegurados em idade avançada, na qual sempre têm suas despesas aumentadas por necessitarem de maiores cuidados com a saúde e consumirem mais medicamentos.

6 - O artigo 6º do projeto de lei em tela, visa melhor distribuir a representatividade dos vários segmentos envolvidos na PARANAPREVIDÊNCIA, garantindo aos servidores, que são os destinatários e principais interessados na boa gestão da entidade, uma maior representação que a prevista pela Lei 12.398/98.

A nova composição pretendida adota o critério de paritariedade, distribuindo a cada um dos Poderes do Estado, uma cota de representação, e ao conjunto dos servidores, que são os destinatários do Sistema e principais interessados, cota equivalente à do conjunto dos Poderes.

Desta forma, teremos recuperado um controle efetivo de fiscalização sobre a PARANAPREV-IDENCIA, sem o qual todo sistema fica à mercê de um grupo restrito de pessoas, sob o risco de conduzirem sistema de forma lesiva aos superiores interesses dos usuários, causando-lhes danos irreparáveis.

7 - O artigo 7º assegura a isonomia de tratamento entre os servidores ativos e inativos, direito este garantido constitucionalmente.

8 - O artigo 8º, torna facultativa Assistência Médico-Hospitalar de que trata a Lei 12.398/98. Esta não pode continuar sendo de caráter compulsório, pois em muitos casos implica em penalização ao servidor com mais um desconto em folha de 2% (dois por cento), considerando-se que muitas categorias de servidores já possuem este tipo de serviço feito através de suas próprias organizações, já recebendo uma prestação a contento.

Dessa forma, a obrigatoriedade em contribuir com a Assistência Médico-Hospitalar, se torna injusta e odiosa, uma vez que em nada vem beneficiar a vários segmentos, representando apenas e tão somente redução salarial.

Deve portanto, ser facultativa a referida assistência, cabendo ao servidor optar ou não pelo serviço, o qual deverá estar formalizado em um contrato que discriminará os serviços a que o usuário terá direito e sua expressa autorização para desconto em folha de pagamento.

É necessário garantir um patamar mínimo de atendimento aos usuários dos Serviços Médico-Hospitalares oferecidos pela PARANAPREV-IDENCIA, uma vez que a Lei 12.398/98, não o faz. é imperioso que o usuário saiba qual o retorno que terá pela contribuição que faz para com o Sistema.

9 - Acrescenta-se ainda, que a Lei 12.398/98, incorreu em grave omissão ao não prever qualquer forma de seguridade diferenciada para os servidores que exercem atividades penosas, perigosas e insalubres.

Tal omissão afronta à dignidade do trabalhador, o qual sempre teve prerrogativas especiais em face das condições em que desempenha seu trabalho.

O Artigo 9º visa corrigir tal omissão, impondo que se aplique as mesmas disposições legais relativas ao trabalho penoso, perigoso e insalubre, disposta no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, e pela Lei 10.692/93, que alterou o Estatuto disciplinando a matéria de forma mais completa e pormenorizada.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Sob a proteção de Deus declaro aberta a presente Sessão Ordinária.

É lida e aprovada a Ata.

Finda a leitura do Expediente.

Nós temos como convidados especiais o Dr. Carlos Reitor da Universidade do Paraná, e o Diretor do Hospital das Clínicas. Eles vão expor a situação real em que se encontra o Hospital das Clínicas, no que diz respeito a falta de verbas.

Concedo a palavra ao Dr. Carlos e em seguida nós vamos ouvir os representantes do Grito da Terra.

**O SR. CARLOS (Reitor da Universidade Federal do Paraná)**

Senhor Presidente, Srs. Deputados, Srs. e Sras. aqui presentes.

Na condição de Reitor da Universidade Federal do Paraná gostaria, inicialmente, de agradecer o convite formulado por esta Casa para que a Universidade viesse a público apresentar a questão do Hospital de Clínicas.

É importante que todos saibam que o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná é hoje o maior hospital do Estado do Paraná, é o terceiro hospital universitário do País e que fornece um atendimento de qualidade e gratuitamente para toda a população. Não temos em Curitiba um hospital municipal, não temos no Estado um hospital estadual. Na verdade é o Hospital de Clínicas que carrega a grande carga de atendimento de qualidade e gratuito ao conjunto da população que não é apenas a população de Curitiba. Temos 49% dos nossos atendimentos para a população curitibana, sendo que o restante vem da Região Metropolitana de Curitiba e de outros Estados como do Norte de Santa Catarina.

O Hospital de Clínicas tem um papel relevante e fundamental para a vida da população. Na

verdade hoje é a Universidade Federal do Paraná, através do Hospital de Clínicas, que dá um atendimento de qualidade para a saúde da população. E, na verdade o nosso Hospital é um Hospital-Escola mas hoje com um lado Assistencial extremamente forte e que faz com que não tenhamos as condições, com os poucos recursos públicos que temos, de manter este Hospital com a qualidade e referência que ele sempre teve e é hoje um dos melhores Hospitais Universitários do País.

Portanto, estamos vindo a esta Casa para pedir o apoio do Legislativo para que possamos manter o nosso hospital, pedir que este legislativo possa impetrar esforços para que tenhamos um apoio do Estado do Paraná porque apesar de ser uma Universidade Federal e nos mantermos com recursos do SUS, os benefícios são paranaenses.

Estamos vindo a público para colocar claramente a situação de um hospital que é de qualidade e pelo fato de não ter recursos para manter o apoio à população colocamos em risco até mesmo as condições plenas de atendimento deste hospital.

Portanto, estamos vindo a público a convite desta Casa para colocar a questão do Hospital de Clínicas que hoje é uma entidade de fundamental apoio à saúde da população.

A nossa principal reivindicação é no sentido de que esta Casa possa evidenciar esforços para que o Hospital de Clínicas tenha um atendimento mensal direto desta Casa em termos de recursos financeiros para que se possa com a Bancada Estadual juntamente com o Executivo, termos um apoio efetivo do Governo do Estado para o Hospital de Clínicas.

Esta é a minha mensagem inicial, dizendo que enquanto a Universidade Federal do Paraná estamos tudo fazendo para manter o Hospital, mas, chegamos no limite e não temos mais condições de mantê-lo aberto com toda a qualidade que ele sempre teve porque necessitamos realmente do apoio do governo do Estado.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Concedo a palavra ao Diretor do Hospital das Clínicas.

**O SR. MITSURU MIYAKI**

Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente desta Nobre Casa, Srs. Deputados Estaduais do Paraná, o Hospital de Clínicas vem...(Lê).

Excelentíssimo Senhores Deputados estaduais do Paraná. O Hospital de Clínicas da UFPR vem neste ato solicitar o apoio e empenho de todos os Senhores para resolver os seus problemas estruturais do modelo de funcionamento e captação de

recursos financeiros. Conseqüentemente queremos retirá-lo desta situação de permanente crise. Senhores Deputados, o Hospital atende fundamentalmente a população Paranaense e, portanto, é corresponsabilidade de todos nós, em especial desta Casa, que o Hospital de Clínicas continue prestando ensino, assistência e pesquisa de qualidade.

Precisamos que o Hospital obtenha recursos financeiros que não dependam de pressões como as de ameaça de fechamento.

O Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná é o maior hospital público do Estado com 635 leitos, 25 consultórios, atende 32 especialidades da área médica, além de outras áreas da saúde como: psicologia, assistência social, odontologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e fisioterapia. É campo de estágio para 1.197 alunos de graduação, 423 alunos de pós-graduação dos Cursos de Medicina e Enfermagem e ofereceu no ano de 1998 estágios para 1.501 alunos dos mais diversos cursos da área de saúde.

No ano de 1998 realizou 734.051 atendimentos, 22.094 internações hospitalares, 10.934 cirurgias, 2.217 partos, 174 transplantes de órgãos e 1.036.835 exames de diagnóstico. Vários são os serviços médicos de referência estadual e nacional, muitos dos quais inexistentes em outros hospitais do estado e atende fundamentalmente pacientes do Sistema Único de Saúde, sabidamente provenientes da camada sócio-econômica e cultural mais carente.

Temos grandes dificuldades para manter esta enorme infra-estrutura de ensino, pesquisa e assistência na área da saúde. Vários são os problemas que levam periodicamente o nosso Hospital de Clínicas a estar em crise, especialmente os de ordem financeira.

O primeiro deles diz respeito ao seu modelo de financiamento. Praticamente 100% dos recursos que o Hospital arrecada provém do pagamento que o SUS nos repassa mensalmente pela assistência médica que o Hospital realiza. Frequentemente seus valores de remuneração não cobrem sequer os custos do tratamento, sem contar com as limitações que o sistema impõe, apesar na natureza pública e social que representa o HC-UFPR, e que resultam em glosas de internamento e atendimentos ambulatoriais; exames de laboratório realizados e não pagos porque extrapolamos cotas unilateralmente impostos; porque damos alta antes do tempo mínimo exigido (pois o paciente respondeu bem ao tratamento e para atender novas solicitações de internação de pacientes que estão na fila de espera); porque não conseguimos entregar os laudos exigidos dentro do prazo exíguo e espantem senhores Deputados, porque no Sistema determinadas doenças ou procedimentos não podem acontecer em determinadas faixas de idade de pacientes,

quando na realidade, por sermos um hospital de referência atendemos casos incomuns e que fogem à regra geral.

O segundo problema diz respeito ao pessoal. Apesar do Hospital de Clínicas da UFPR ser um Hospital público, 43% de seu pessoal tem a sua folha de pagamento de pessoal custeado, não pelos recursos diretos da União, mas com os recursos próprios do hospital. Este montante representa aproximadamente 60% dos recursos financeiros que o Hospital consegue arrecadar do SUS. Evidentemente que os 40% restantes dos recursos arrecadados do SUS são insuficientes para adquirir todos os medicamentos, insumos médico-hospitalares, para realizar manutenção de equipamentos, manutenção predial, etc., que o hospital necessita para o seu funcionamento.

O terceiro problema é que o hospital não conta com recursos financeiros de outras fontes governamentais, além do SUS. Apesar da constatação de que quase 50% dos 734.000 pacientes atendidos pelo HC-UFPR no ano de 1998 serem procedentes do município de Curitiba, de que mais de 80% provêm da Região Metropolitana de Curitiba, e que quase 93% são pacientes residentes no Estado do Paraná, o HC não está contemplado no orçamento de nenhum destes municípios e nem existe repasse de recursos regulares pelo governo do Estado do Paraná. Ou seja, o Hospital não está contemplado com recursos dos municípios ou estado em que ele está inserido e presta a assistência médica. Vale lembrar os senhores que os recursos financeiros do SUS são custeados integralmente com os recursos da União.

Apesar de todos os esforços implementados de ajuste às medidas de restrição fiscal e monetária, determinadas pelo Governo Federal, em outubro de 1998, a situação do HC-UFPR agravou-se rapidamente com a desvalorização cambial do real frente ao dólar no início deste ano.

Conseguiu-se reduzir do déficit financeiro mensal de R\$711.746,00 no ano de 1997 para R\$384.776,00 no ano de 1998, sem redução do atendimento médico. Neste ano estamos deflagrando programas para aumentar a produtividade, aumentar a receita financeira, incluindo o atendimento de pacientes portadores de planos ou seguro de saúde privados, bem como medidas para dar agilidade e eficiência na sua utilização.

Excelentíssimos Senhores Deputados: queremos resolver os problemas estruturais do modelo de funcionamento e gerenciamento financeiro do Hospital de Curitiba sem que tenhamos necessidade de reduzir o seu tamanho (ou seja desativados leitos e serviços) e muito menos reduzir sua importância no sistema de saúde a nível local e nacional. O que está dependendo de nós, Hospital e



Universidade Federal do Paraná, estamos realizando. Precisamos do empenho e colaboração de todos, por que vários destes encaminhamentos não dependem exclusivamente de nós.

Senhores Deputados, o Hospital fundamentalmente atende a população paranaense. Precisamos e solicitamos um tratamento diferenciado pelos nossos Gestores: a Secretaria Estadual e a Municipal de Saúde, para que sejamos ressarcidos por todos os procedimentos médicos que realizamos.

Precisamos que o Hospital seja incluído no Orçamento dos Municípios que encaminham pacientes ao Hospital, bem como no Orçamento do Estado do Paraná, com a disponibilização de recursos financeiros que não dependam das crises e das ameaças de fechamento.

A Comunidade do Hospital de Clínicas e da Universidade Federal do Paraná e principalmente a população curitibana e paranaense, em especial a mais carente, agradece a contribuição efetiva dos senhores.

Prof. MITSURU MIYAKI  
Diretor geral do Hospital de Clínicas  
da Universidade Federal do Paraná

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Agradecemos a presença do magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, do Diretor do Hospital das Clínicas. Recebemos as sugestões com grande responsabilidade. Vamos acionar os dispositivos do Estado, em todos os setores, para que possamos ajudar o Hospital das Clínicas. Recebemos as sugestões com grande responsabilidade. Vamos acionar os dispositivos do Estado, em todos os setores, para que possamos ajudar o Hospital das Clínicas a sair dessa tremenda crise. Reconhecemos o trabalho que o hospital vem desenvolvendo. Toda a população paranaense é beneficiada com o atendimento pronto, embora com poucos recursos.

Meus parabéns magnífico Reitor. Meus parabéns nosso Diretor Geral do Hospital. tenham a certeza que a Assembléia os ouviu com bastante atenção e fará tudo o que é possível.

#### O SR. ALGACI TULIO

Sr. Presidente, Pela Ordem?  
(Assentimento)

Nós queremos também cumprimentar o nosso magnífico Reitor, nosso Diretor do Hospital de Clínicas. Essa Casa de Leis, já há quinze dias atrás, exatamente no dia 20 de maio, tão pouco, mas portanto, um requerimento de minha autoria, assinado por quase todos os parlamentares dessa Casa, enviando correspondência ao Ministro da Saúde, José Serra, ao Ministro da Educação, colocando também a par essa Casa do que ficou alheia a situação em que se encontra o Hospital de Clínicas.

Nós sabemos que não se trata tão somente de um hospital é também um hospital escola, universitário e, como, tal o Ministério da Saúde e da Educação tem por obrigação e dever fazer o repasse ao que o hospital tem direito o que ocorre com todos os HCs de todo o País, menos com o nosso Hospital de Clínicas.

É importante que a bancada, os Deputados Federais, os nossos três Senadores, em Brasília, atuem nesse sentido, afim de fazer valer essa condição do nosso Hospital de Clínicas.

Fico satisfeito com a presença do nosso magnífico Reitor e do Diretor que estão fazendo uma peregrinação pelos meios competentes do nosso Estado. Estiveram, na semana passada na Câmara de Vereadores também, onde expuseram a situação do Hospital, estão hoje, nesta Casa de Leis. E os Srs. Parlamentares sabem que dos seus municípios vêm os pacientes que são atendidos pelo Hospital de Clínicas, de outros Estados, de Santa Catarina, do Mato Grosso, de outros países, do Paraguai, da Argentina, são pessoas atendidas pelo Hospital de Clínicas, de tal sorte que, é um Hospital que tem que ter um tratamento diferenciado.

O município de Curitiba tem também a sua obrigação de fazer o repasse, como o Prefeito Cássio Taniguchi já teve entendimento com a direção do Hospital, da mesma forma o governo do Estado.

Não vejo como legalmente essa condição de fazer com que o Hospital faça parte dos orçamentos dos Municípios, mas que há uma grande possibilidade de chamar os prefeitos para uma reunião. Até sugiro ao nosso Magnífico Reitor e ao nosso Diretor do Hospital de Clínicas para que façam contato com o Prefeito Cássio Taniguchi, exponham a situação do Hospital na ASOMEC, Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana, porque, de lá também é grande o número de pacientes que vão ao Hospital de Clínicas. Tenho certeza que, sensibilizados, os prefeitos assinarão, o que poderá ser possível, convênios com o Hospital. Não seria na forma de orçamento porque, juridicamente, não haveria esta condição, mas em forma de convênio, estes municípios poderão, sem dúvida alguma, prestar um serviço, prestar um atendimento, dar a sua contribuição para que o Hospital sobreviva.

Seria muito danoso, para o Paraná, seria uma tragédia, na verdade, para o Estado do Paraná ver o Hospital de Clínicas diminuir o atendimento ou até, pior ainda, fechar as suas portas. Razão pela qual esta Casa, na minha pessoa também nós nos somamos a esta luta da direção do Hospital de Clínicas.

Parabéns.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Suspendo a Sessão por 5 minutos para que os nossos convidados possam receber os cumprimentos dos Deputados.

Está reaberta a presente Sessão. Peço aos nossos convidados que reservem as suas manifestações para após a Sessão. A Assembléia tem o máximo prazer em recebê-los, nós entendemos que às reivindicações apresentadas pelo "Grito da Terra" são justas. Portanto, vamos ouvir às reivindicações dentro do respeito que esta Casa tem pelos visitantes e os nossos visitantes, tenho certeza terão pela Assembléia. Concedo a palavra ao Deputado Edgar Bueno.

O SR. EDGAR BUENO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente quero fazer uma saudação especial ao Presidente e toda a diretoria da FETAEP e também todas as entidades que compõem essa grande organização Estadual que se chama "Grito da Terra". Nós queremos saudar os nossos visitantes, todos os senhores e as senhoras e dizer que para todos nós, é uma satisfação muito grande recebê-los nessa Casa de Leis. Isso porque nessa Casa temos representantes de todos os setores da sociedade, do povo paranaense. E por isso, é que sentimos muito orgulho em receber hoje a FETAEP, os seus representantes e os agricultores, principalmente da Agricultura Familiar.

No dia 25 de maio, realizamos aqui uma reunião da Comissão da Agricultura Indústria e Comércio, da qual participaram vários Deputados Ademir Bier e este que vos fala Edgar Bueno. Também o Presidente da FETAEP Antonio Zaranonello; Vice-Presidente da FETAEP Ademir Muller; Assessores da FETAEP Gutierrez; Sec. Geral FETAEP Jairo Corrêa de Almeida; Comitê Feminino da FETAEP Jaci Vanz Perin; Assessor Gab. Deputado Bueno Delso Trentini; enfim, assessores do Bloco Parlamentar Agropecuário, representando o Deputado Orlando Pessuti.

Nesse dia discutimos alguns assuntos que é de fundamental importância para o desenvolvimento da Agricultura familiar. Nesse dia discutimos alguns itens e vou só citar o título e depois vamos ouvir o representante fazer a defesa das reivindicações dos representantes da Agricultura Familiar. Nesse dia discutimos a Previdência social. O trabalho do agricultor e da agricultura familiar com referência ao INSS, aos assalariados bóias-frias, enfim, aos transporte dos bóias-frias, a convênios que deveríamos estimular para que aconteça com a COPEL, com a SANEPAR, com as Prefeituras, com órgãos públicos. A Reforma Agrária foi discutida, política agrícola - FUNDAF - Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar; Fundo de Aval Estadual, Legislação Agroartesanal, enfim, esses são alguns dos assuntos que discutimos no dia 24. Para honra dos Senhores Dep-

utados e também dos representantes dos senhores e das senhoras que compõem esse grande Estado do Paraná, vamos convidar o Presidente da FETAEP Antonio Zaranonelli que fará a defesa dos programas e das políticas desejadas e discutidas nas reuniões com as pessoas que representam a agricultura familiar.

Temos a sensibilidade e a certeza que todos nós, Assembléia Legislativa, Governo do Estado e Governo Federal precisamos voltar toda a nossa energia, atenção para reforçarmos, compreendermos e fortalecermos toda a agricultura familiar, não só do Paraná mas também do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Presidente da FETAEP Senhor Antonio Zaranonelli.

O SR. ANTONIO ZARANTONELLI

Queremos agradecer o Presidente Anibal Khury por ter nos dado esse espaço tão importante para que hoje pudéssemos trazer as nossas reivindicações, que diz respeito ao compromisso dessa Casa de Leis.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no nosso entendimento há de se fazer um esclarecimento preliminar de uma definição do que se trata o "Grito da Terra". Porque pode-se confundir com tantas siglas que andam por aí. O "Grito da Terra", pela sexta vez, já é realizado no seio do movimento sindical de trabalhadores rurais brasileiros. Que hoje é composto por três mil e seiscentos sindicatos, vinte e cinco federações e uma confederação nacional.

O Paraná compõe 325 sindicatos e a FETAEP. O "Grito da Terra" por si, quer dizer as principais reivindicações e propostas da categoria. O Deputado Edgar Bueno mostrava um pouquinho aqui das áreas em que o "Grito da Terra" procura buscar. Pegando a saúde, previdência, salários, questão agrária e agrícola.

Estamos aqui hoje com a esperança de conseguirmos dessa Casa o compromisso de aprovar o projeto de lei, que já se arrasta aqui desde 1997. Que é aprovação do FUNDAF - Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

É bom que se diga que o Paraná de cada 4 propriedades 3 é agricultura familiar. É bom que se diga também que, apesar do nosso território paranaense representar 2,5% da extensão nacional, somos responsáveis por 30% da produção de grãos. De cada quatro grãos produzidos, o Paraná está produzindo um.

A preocupação com o fortalecimento da agricultura familiar, em busca de uma política agrícola voltada a esse perfil dessa agricultura diferente. No

nosso entendimento, na nossa consciência não significa buscar reivindicação corporativista. Significa, acima de tudo, conter o êxodo rural que é assustador. Basta dizer que o IBGE, nos últimos dez anos, trouxe a realidade de que 97 mil propriedades desapareceram no Estado. Setenta e oito por cento delas até dez hectares. O que significa dizer pequenas propriedades. Uma soma de 570 mil pessoas vieram para a cidade segundo o mesmo censo. Não precisaríamos, aqui supor o que é que estas pessoas estariam fazendo na cidade que hoje é sabido por todos que há um desemprego em massa.

Essa mão de obra que vem do campo sem experiência e sem qualificação teria condições de competir na busca de emprego?

Senhor Presidente e Senhores Deputados, fortalecer a agricultura familiar não significa ser maniqueísta ou entender que a agricultura patronal não merece respeito. Não é isso que aqui estamos dizendo, sabemos da importância da agricultura patronal no que diz respeito geração de imposto, na balança comercial do país e na própria economia. Mas, estamos falando de uma agricultura diferenciada, que a pesquisa ao longo dos anos não se direcionou a ela. A própria agroindustrialização, também foi pensada não nesse perfil de agricultor e o êxodo rural, como dizíamos com certeza trás consequência desastrosa a toda a sociedade brasileira.

Portanto, não temos receio de afirmar, Senhor presidente e Senhores Deputados, de que quando buscamos um desenvolvimento voltado a agricultura familiar como um projeto alternativo a nível nacional, e quando buscamos política agrícola diferenciada a esta agricultura estamos querendo buscar de forma conclusiva o desenvolvimento da Nação, a contenção de êxodo rural, a geração de emprego, de renda, e estamos querendo contribuir com o desenvolvimento da Nação.

Enquanto é mais difícil a gente chegar a esta política nacional, definitiva, diferenciada, volta a este público a este agricultor familiar, estamos buscando a nível de Assembleia Legislativa, a nível de Governo de Estado, a nível de Governo Municipal, alguns elementos de política que possam se somar e fazer com que hajam um pouco mais de segurança e de fortalecimento desta agricultura.

Eis, aí a questão de estarmos hoje aqui, representados por todas as regiões, aproximadamente de 600 a 650 agricultores e dirigentes sindicais, na busca de que esta Casa de Leis aprove este Projeto de Lei, que como já dizemos desde 1997, que aqui se encontra, para que este Fundo de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar possa ser um crédito específico, uma caixa de recurso específico, como já existem em outras áreas como a FDE e tantos outros, para que ele possa servir além de um fundo específico também servir de equalização de

taxas de juros, que possa ser também uma espécie de aval aqueles produtores que não podem oferecer garantia quando os bancos, os estabelecimentos de créditos exigem, do parceiro, do porcenteiro, do posseiro, que ainda não tem como oferecer garantia.

Sabemos e esperamos que esta Casa de Lei, entenda que legislar nesse sentido é buscar elementos de política agrícola, como disse o Deputado Bueno, e a nível de Brasil esperamos que essa agricultura familiar seja fortalecida por uma política agrícola, como disse o Deputado Bueno, e à nível de Brasil esperamos que essa agricultura familiar seja fortalecida por uma política agrícola diferenciada. Enquanto isso não se alcança, que a nível de estado e de município possamos buscar elementos que seja elementos de política e, que possa realmente ir em direção de fortalecimento dessa agricultura.

Sabemos da necessidade da Reforma Agrária, sabemos da importância que o país tem de que isso se dê, que isso aconteça, estamos vendo uma Reforma Agrária ao avesso. Basta dizer aí os números de 97 mil pequenas propriedades desaparecidas nos últimos 10 anos.

Permita-me, Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazer aqui a leitura sucinta de um abaixo-assinado, dos membros do "Grito da Terra" 1999 a esta Casa de Leis.

"A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, FETAEP conjuntamente com os agricultores familiares, abaixo-assinados presentes na Assembleia Legislativa do Paraná vêm a presença dos Deputados Estaduais solicitar o compromisso de que em 90 dias, a partir desta data 16 de junho de 1999 a lei que institui o Fundo Público de Desenvolvimento à agricultura familiar, seja encaminhada ao Executivo para que a sanção, por parte do senhor Governador do Estado, o requerimento consubstancia-se no fato de que o projeto de lei encontra-se paralisado nesta Assembleia desde 1997 inviabilizando a inserção de milhares de agricultores familiares no processo produtivo, com reflexos negativos sobre a produção e o emprego e renda dos mesmos e o agravamento do êxodo rural".

Nossos agradecimentos e esperamos que sejamos atendidos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Ouvimos com atenção a palavra do representante do Grito da Terra, Antonio Zarantonelli e queremos dizer a Sua Excelência e membros da organização que aqui está, que entendemos serem justas as reivindicações, porque realmente a agricultura familiar tem um destaque especial na economia paranaense e brasileira.

Somos oriundos de uma região onde 90% da população agrícola é da agricultura familiar, tendo em vista que ela foi colonizada por europeus e eslavos e que os filhos e netos já estão na fase de minifúndio. Entendemos que essa organização merece todo o nosso apoio e vamos, como Presidente da Assembléia, dar uma atenção especial a esse projeto de lei que foi apresentado em 1997.

Queremos que os Poderes Públicos do Paraná compreendam a nobre intenção dos representantes da agricultura familiar que, sem dúvida alguma, ajudam no progresso do Paraná e trazem destaque a nossa agricultura.

Muito obrigado pela presença do Presidente e dos agricultores que aqui estão.

O projeto, segundo informação da Mesa, foi reapresentado neste ano. Vamos solicitar aos Deputados a urgência na votação deste projeto.

**No Horário das Lideranças**, concedo a palavra ao Senhor Deputado Augustinho Zucchi, pelo PSDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor Presidente, Senhores e Senhora Deputada, a nossa saudação ao Presidente da FETAEP, Antonio Zarantonello, aos Sindicatos que aqui nos visitam e cumprimentar o Deputado Nereu Moura, Presidente da Comissão de Terras e Orlando Pessuti, Presidente do Bloco Agropecuário e nossos cumprimentos aos nossos visitantes de todo o Estado, da agricultura familiar.

Gostaria de agradecer ao Líder do PSDB, Deputado José Maria por me conceder o espaço para que pudesse fazer uso da palavra neste momento e refletir, não porque estão aqui os nossos companheiros da agricultura familiar, até porque os antecessores da agricultura familiar estão acampados ali na frente do Palácio Iguaçu e os que aqui estão, e que hoje ainda permanecem trabalhando na terra, cujos dados são inequívocos, cujas estatísticas no país colocam a importância da agricultura familiar, não só para a produção de alimentos no Brasil, muito menos, também, por uma questão social. Mas, também, há que ressaltar que, mais do que isso, quem sabe seja num país de dimensão continental como o Brasil o divisor de águas a nossa agricultura familiar. Costumo dizer, com modéstia, pela ligação que tenho profissionalmente com a área da agricultura e pelo tempo, Senhor Presidente, em que aqui na Casa presidi por 4 anos a Comissão de Agricultura da Assembléia, de que na verdade o Brasil haverá de ter um encontro com a agricultura familiar. Porque diferente de outros países, onde após a grande Revolução Industrial, os trabalhadores da agricultura deixavam suas propriedades, iam para as cidades e arrumavam empregos, porque, até então, a mão-de-obra exigida

não era especializada. Diferente daquela época em que os teóricos dizem: que não há por uma concepção sociológica uma fórmula de ficar mais do que 12% de qualquer população no meio rural. Mas, aqui no Brasil, como ocorreu em outros países quem sabe seja diferente. Porque nós não teremos a condição e isso é claro e evidente, de que os trabalhadores que deixam a agricultura, deixam de produzir. Portanto não é uma pessoa que deixa de produzir, onde sai um agricultor sai 5, 6 pessoas a procura de emprego nas grandes cidades, inchando as cidades e dando à nossa sociedade um problema social muito grave.

É uma diferença muito grande porque hoje nós não encontramos emprego pleno para a mão-de-obra especializada, muito menos para os agricultores que deixam as propriedades. E aí uma reflexão da nossa Assembléia, Deputado Pessuti, que votou leis importantes aqui para o apoio decisivo à agricultura familiar.

E outra Lei que é importante e quero render, aqui, o nosso agradecimento ao Presidente Anibal Khury, por ter agora solicitado a urgência na tramitação do Projeto que dá sustentação para um Fundo de Apoio Desenvolvido e Financiamento da Agricultura Familiar que é o FUNDAF. Isto representa, quem sabe, não uma vultosa quantia de recursos para que os nossos agricultores possam plantar e cultivar o solo, mas representa, sim, a possibilidade do financiamento que desde 1957 se discute neste Brasil, a possibilidade única de que com o crédito rural subsidiado, em condições básicas, com agricultura diferenciada como é a agricultura familiar que não é de exportação. É uma agricultura única, pura, de subsistência. Ou não é? Ou quando os agricultores perderam a última safra de feijão sem seguro nenhum, eu pergunto: o recurso utilizado da safra de milho foi colocado no feijão, perderam o feijão e não puderam fazer a próxima safra e nós vamos definhando com as pequenas propriedades rurais.

Portanto, esta é a diferença da agricultura familiar, tem que ser tratada de forma diferenciada. Até porque nós não podemos mais imaginar que hoje aquele que se dá mal numa empresa vá para a agricultura, aquele que se dá mal numa profissão vá para a agricultura. Porque a agricultura é uma profissão adequada, acima de tudo, até porque falar para os agricultores de que eles têm que permanecer produzindo não é o suficiente. Porque todos sabem que na cidade o emprego está difícil. É preciso ato concreto. Portanto os projetos que foram votados, nesta Casa, outros que estão sendo discutidos, como é o caso - Deputado Colombo e Deputado Carlos Simões, do Projeto que temos aqui que altera a regra para a obtenção do carimbo do SIP para que os nossos produtores ao produzir o

salame, o queijo, o vinho, ao industrializar a laranja, ao fazer o doce de fruta, enfim, ao transformar o seu produto possa, ele, vender o seu produto com maior facilidade e ter a agregação de rendas porque não se faz mais agricultura como antigamente. Antes se plantava milho, se plantava o feijão. Hoje, quem planta milho, não pode imaginar que o milho vendido em grão puro, in natura, possa sustentar uma propriedade por maior que seja, se tratando das pequenas e médias propriedades porque tem que ser transformado em proteína animal.

Desta forma tem que se pensar que a agricultura familiar também faz a cadeia produtiva, se a Sadia produzir um salame de extraordinária qualidade e exporta para o mundo todo tem que imaginar que alguém plantou milho para que esse salame pudesse ser fabricado por uma das grandes empresas do setor agroindustrial nacional, se a Nestlé, que faz queijo fino pode e tem que imaginar que este queijo fino deriva de alguém que plantou pasto, ou que se mantém com uma vaca de leite, quem sabe numa propriedade a duras penas e que muitas vezes vende o leite a 8, 10, 14 centavos o litro, numa vergonha nacional, porque uma das atividades que quem sabe possa sustentar o nosso agricultor.

Deputado Algaci, estamos discutindo aqui a lei dos recursos hídricos, uma fonte de renda dos nossos pequenos produtores, são aqueles açudes que as pessoas fazem nas propriedades, que o nosso agricultor tem, além de uma fonte alimentar alternativa de alto teor de proteína à condição de vender o peixe e que muitas vezes esse peixe lhe dá uma renda complementar à sua propriedade.

Portanto, é necessário que projetos que batam de frente com os interesses da nossa agricultura sejam analisados por todos aqui nesta Casa, para que possamos dar o verdadeiro valor que a agricultura merece.

Zarantonello, acredito que em nome pessoal, em nome dos nossos companheiros do PSDB, poso expressar o sentimento que temos em relação aquilo que mantém ainda a correlação de empregos e que pode dar qualquer equilíbrio social no país, que é a nossa agricultura. Se não tivermos aquelas medidas necessárias para uma política agrícola que possa dar a sustentação a quem na terra trabalha, numa atividade que é absolutamente, podemos dizer, atividade de maior risco até porque, não é possível imaginar que nós tenhamos seguro para barco, para casa, para terra de jogador de futebol, para artista, e não temos seguro para quem planta e produz, e está sujeito a uma intempérie que não tem controle e que vê de uma hora para outra sair de suas mãos a possibilidade de continuar naquela atividade histórica, quem sabe a mais digna, a mais justa e a mais antiga das profissões o universo que é trabalhar com a

terra porque da terra tudo nasce e da terra tudo vem.

Um abraço a todos vocês e o nosso apoio à agricultura familiar do nosso Estado.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero fazer referência nesta tarde à duas manchetes que vi em jornais.

Há quinhentos anos atrás o Brasil foi descoberto. Os homens brancos chegaram aqui e dos indígenas, eles roubaram tudo, roubaram a madeira, roubaram os méritos, roubaram as terras, porque todas as terras eram dos indígenas, e os homens brancos roubaram tudo, roubaram inclusive dos índios, o sol das manhãs vindouras.

Lembro-me então da primeira manchete, Senhor Presidente, no jornal "O Estado do Paraná", não sei quando ela foi levada para o Paraná todo, mas me lembro que a manchete era a seguinte:

"A terra é de Cretan para sempre. Quem era Cretan?

Um índio, um cacique, do qual tinham tirado toda a terra ao longo de todos esses anos.

E o jornal, numa manchete que ficou gravada na minha memória, resumiu tudo. O índio, dono da terra, era dono da terra novamente, porque ela estava em cima dele, o cacique estava morto, por obra, por realização de nós que somos os homens brancos. Agora, vejo aqui na Folha de São Paulo uma imagem que é para envergonhar qualquer nação: os pobres, as crianças descalças, estão aqui defrontados com o poder daqueles que mandam neste País. Um menino entrega para um soldado um pacote de macarrão, e aí vem aqueles que não querem solução para nada dizer o seguinte: "olha, mas eles tinham feito um saque". Todos nós seres humanos, parece-me, que nós temos direito à vida, e esses aqui são os Sem-Terras.

Houve sim, um saque. E nós não estamos aqui defendendo saques, nós queremos saber por que os saques aconteceram e vão continuar acontecendo.

E, Senhor Presidente, aqui está de um lado o excluído, o pobre, o perseguido que não tem o sol para a sua manhã vindoura, e do outro lado, mesmo sendo policial, ele é o representante da classe dominante e exploradora, queiram ou não queiram.

E estou diante de homens e mulheres que fazem com que esse País ainda tenha o que comer. Os agricultores possuidores das pequenas propriedades.

Senhor Presidente, se continuarmos a não achar a solução para os nossos problemas, esses

pequenos pro-prietários que alimentam esse País amanhã, talvez, estarão ali também na frente do Palácio Iguaçu engrossando o número dos acampados que estão lá.

E gostaria de fazer um apelo, Senhor Presidente, que todos os Deputados ao entardecer pudessem se dirigir ao território dos acampados e que todos os Deputados pudessem olhar no fundo dos olhos dos acampados e todos veriam que lá no fundo dos olhos, desses que não têm nada, arde feroz a esperança de um novo dia. Um ditado chinês, Senhor Presidente diz mais ou menos o seguinte: retrato: “um peixe é tirado da água, ele está se batendo, ele só tem uma verdade na frente dele: alguma coisa precisa ser feita. Ele precisa voltar para a água”. estava lendo ainda há pouco um dos maiores defensores do capitalismo, ou, pelo menos, do neocapitalismo, o americano Lester T. e ele diz o seguinte: “a continuar da maneira que está o capitalismo também vai ser enterrado, como foi o nazismo e como foi o fascismo?”

Alguma coisa precisa ser feita, não há possibilidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que tenhamos a convivência neste País do estado de direito com a miséria que campeia no nosso Estado e no nosso País.

Uma Nação séria não pode ver professores caminhando 100 quilômetros a pé para reivindicarem apenas e tão somente 29% de reposição salarial.

#### (Aplausos)

Alguma coisa precisa ser feita. É aquele peixe da história, ele sabe que é preciso que se tome uma decisão, senão não haverá para nada.

Durante todos estes dias acompanhei os debates do Deputado Vanhoni, representando inclusive o meu pensamento, de um lado, com seriedade e propondo soluções, e do outro lado o líder do Governo também aberto para que possamos, no caminho do entendimento, achar alguma solução para os problemas que existem.

É preciso sim que façamos com que estas coisas aconteçam cada vez mais rapidamente senão os refugiados de Kossovo são os lavradores que vêm do Interior onde perderam as propriedades muitas vezes, e acompanho isso há muitos anos, durante todos os anos, perderam as propriedades por causa de uma política que não existe.

Nem fundiária, nem agrícola e nem agrária.

Vou dizer da minha região. Muitas vezes os plantadores de algodão não puderam plantar o algodão porque não existia viabilidade econômica, porque o Governo neo-liberal que atende somente os interesses dos grandes financistas internacionais, explode com as fronteiras brasileiras e lá vamos nós importar o algodão da China e matamos a produção

do algodão aqui no Paraná inviabilizando as pequenas propriedades.

E aí, os pequenos produtores sem condição de viverem daquilo que poderá produzir a sua propriedade, desesperados, saem por este Brasil afora.

Muitos em cima de uma propaganda enganosa feita dia e noite, sem parar, pelo Governo Lerner, aportam aqui em Curitiba, e o que é que eles encontram? Os desempregados que vêm de todos os lugares e encontram aqui mais 200 mil desempregados.

Esta é uma Nação despudorada, uma Nação que trata a Universidades da maneira que trata, uma Nação que não dá Casa e não dá terra.

Este problema da questão agrária é um problema explosivo sim, mas é preciso, como já falei, que a sinalização dos homens que dão sustentação ao Governo com o qual não tenho identificação, e os homens da oposição se sentem e vamos encontrar uma solução.

Estamos vivendo numa Nação que tem Um milhão e oitocentos mil desempregados só em São Paulo e aí temos a violência, a fome, a miséria, e este Governo, com esta filosofia de manter a inflação em níveis civilizados como eles dizem, fabricam dia e noite sem parar, a fome, a miséria, e o desemprego.

E vocês todos que estão aqui nas galerias precisam saber que esta Assembléia tem o dever e a obrigação de se somar a vocês naquilo que vocês estão reivindicando que é justo e é extremamente benéfico a toda a Nação brasileira.

Sem o Pequeno Agricultor não vamos ter solução. Como falou seu Líder aqui, de 100% do que se produz, 75% são produzidos pelos pequenos pro-prietários. Voltarei ao assunto assim que puder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Com a palavra o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quero cumprimentar também aos agricultores do Paraná que nesta tarde vem aqui prestigiar a Sessão na Assembléia Legislativa.

Venho a esta tribuna para falar em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, para dizer que estamos sim preocupados com a agricultura do nosso Estado, sobretudo com a agricultura familiar. E exatamente por isso nós, quatorze Deputados desta Assembléia, estamos lançando aqui a Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar, justamente para que nesta Assembléia Legislativa exista um corpo orgânico na defesa dos interesses da agricultura mais desprotegida que existe, que é a agricultura familiar, agricultura de subsistência.

Hoje no sexto Grito da Terra nós observamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados que os nossos agricultores, não obstante as dificuldades diárias que encontram, ainda buscam força, buscam energia, para vir aqui na Capital do Estado, aqui nesta Assembléia Legislativa, que é a Casa do povo, para manifestar a sua vontade e o seu desejo de que o Paraná precisa estabelecer uma política de apoio à agricultura familiar, de que o Paraná precisa estabelecer uma política de viabilidade da agricultura de subsistência. E os nossos agricultores, os sindicatos, saem às ruas, cortam estradas, viajam quilômetros e quilômetros de distância para vir aqui dizer aos Deputados Estaduais e ao Governo do Paraná de que do jeito que está não pode ficar é preciso mudar, que é preciso programas, atitudes, ações para reverter este quadro, que é um quadro difícil.

Segundo dados do INCRA meu caro Deputado Irineu Colombo, os agricultores familiares estão presentes em aproximadamente trezentas e setenta e seis mil pequenas propriedades, com área de até cinquenta hectares espalhadas pelos trezentos e noventa e nove municípios do Paraná.

O cultivo da terra é a principal fonte de renda com a qual sustentam as suas famílias. De outro lado os 241 projetos de assentamentos que foram feitos através da reforma agrária envolvem mais treze mil famílias.

A agricultura sempre desempenhou um importante papel na geração de divisa para nosso País, e dessa maneira tem ajudado a Nação a honrar os seus compromissos financeiros com o Exterior.

É por isso que nós temos que dar a atenção devida a agricultura familiar. No Estado do Paraná, esta situação é muito grave, o êxodo rural tem ocorrido de forma trágica e perversa, no Estado do Paraná a participação da população rural no total da população caiu de 69% em 1960 para apenas 18% em 1997, diminuiu a nossa população do campo, saiu a nossa população da roça porque já não encontram amparo, apoio e condições para lá continuarem sobrevivendo.

Hoje, nós temos dois milhões e quinhentas mil pessoas que vivem na roça. Por isso, Senhor Presidente, é que nós estamos aqui lançando essa Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e Reforma Agrária do Estado do Paraná, justamente para que nós tenhamos aqui nesta Assembléia um corpo orgânico de diversos Partidos na defesa dos interesses da Agricultura Familiar.

Assinaram esse manifesto o Deputado Péricles Mello, o Deputado Hermes da Fonseca, o Deputado Irineu Colombo, o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Waldyr Pugliesi, Edgard Bueno, Ângelo Vanhoni, Ademir Bier, Orlando Pessuti,

Antonio Annibelli, Edson Strapasson, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk, e este Parlamentar.

Quatorze parlamentares fazem parte dessa frente, que iremos Senhor Presidente da FETAEP, Zarantonelo, envidar todos os esforços para que essa reivindicação, há tanto esperada, que o FUNDAF - Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar, possa ter o seu trâmite agilizado aqui nessa Assembléia e nós posamos, com rapidez encaminhar para o Governador Jaime Lerner essa lei, afim de que ela se torne lei, este projeto se torne lei e depois de lei se transforme em vida, esperança e tábua de salvação a nossa agricultura familiar e de subsistência.

E, não só o FUNDAF, nós temos aqui também os demais itens do sexto "Grito da Terra", o fundo de aval Estadual, a Legislação agro-artesanal, o fortalecimento do PRONAF, a Previdência Social - o problema que vivem hoje, aos agricultores em relação, os assalariados - a questão da reforma agrária.

Todos são pontos fundamentais e que nós, aqui, nessa Assembléia, iremos com muita devoção defendê-los e trabalhar para que possamos oferecer uma condição de vida melhor aos nossos agricultores do Estado do Paraná.

Meus parabéns aos agricultores que aqui estão. Porque não adianta ficar lá na sua propriedade, dizendo que a coisa vai mal. É preciso se manifestar. Na mobilização, no manifesto está a força do povo.

É o povo que sai às ruas, que grita, que traz aqui a sua força para ser escutado.

Por isso vocês estão de parabéns por terem vindo aqui, para manifestar o seu inconformismo e pedir a ajuda das autoridades desse Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Hermes da Fonseca.

### **O Sr. Hermes da Fonseca**

Meu caro Deputado Nereu Moura, queremos cumprimentá-lo como o nosso líder nessa Frente Parlamentar de Defesa da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária.

E fazer uma sugestão para que essa frente se empenhe naquilo que o Presidente da Casa já manifestou e faça andar com serenidade o Projeto de Lei 264/99, que institui o Fundo Público de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Estado do Paraná - FUNDAF e dá outras providências.

Que essa seja a primeira bandeira da nossa frente, para que possamos dar uma demonstração a esta Casa do nosso apoio e compromisso com a agricultura do Paraná, mas em especial com a agricultura familiar.

Quero dizer também que essa frente tem que se preocupar em fazer com que os Deputados dessa Casa se sensibilizem e votem contra esse projeto maluco do governo, que está aí tentando por um preço na água que os agricultores usam na sua produção agrícola, que os Senhores pecuaristas também usam para produzir. Nós temos que nos convencer e convencer todos os Deputados dessa Casa, que esse projeto não pode passar da forma como está e que o governo tenha a pressa e com a pressa ele vem com o rolo compressor para cima de nós.

Muito obrigado.

(Aplausos)

**O Sr. Valdir Rossoni**

Permite-me um aparte, Deputado Nereu Moura?

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

O tempo de Vossa Excelência está encerrado.

O Senhor tem mais dois minutos para a conclusão do seu discurso.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor Deputado Valdir Rossoni.

Infelizmente meu tempo está esgotado, senão teria muito prazer em conceder o aparte a Vossa Excelência.

E, para finalizar, Senhor Presidente, eu gostaria de convidar aos demais Deputados desta Assembléia, aqueles que têm simpatia pela agricultura familiar, eu gostaria de convidar a todos para fazer parte desta Frente Parlamentar de Defesa a Agricultura Familiar.

Por último eu quero aqui fazer um apelo ao nosso ilustre Presidente, um dos políticos mais destacados do Paraná, na atualidade, o nosso Presidente Anibal Khury, para que se utilize da força que tem, do prestígio que tem, e eu sei que declarou, recentemente, de viva voz, para que nós possamos fazer aqui na Assembléia, tramitar com rapidez, o FUNDAF, a fim de que este projeto se torne lei e que esta lei venha amparar a nossa agricultura familiar do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)**

Com a palavra o Deputado Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero fazer uma saudação cordial e reconhecendo a competência do Deputado Nereu Moura, quando encaminha, nesta Casa, a criação da Frente Parlamentar de Apoio a Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. Fazer uma saudação a Antônio

Zarantonello, Presidente da FETAEP e demais lideranças desta entidade. Como também fazer uma saudação aos Srs. sindicalistas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Srs. Secretários Municipais de Agricultura, Srs. e Sras. agricultores e agricultoras, familiares.

Quero aqui dizer que a Assembléia Legislativa do Paraná recebe os ilustres visitantes com bastante alegria e ao mesmo tempo com preocupação de quem vê o momento de crise que atravessa o Brasil e particularmente o Estado do Paraná. E ao enfrentamento desta crise que atinge a economia dos sem-terra, dos pequenos agricultores e também outros setores mas, sobretudo, dos pequenos agricultores.

E temos, evidentemente, propostas encaminhadas por esta Frente Parlamentar, Deputado Nereu Moura percorreu os nomes dos Deputados que assinam esta Frente e eu quero relatar aqui, quais são as responsabilidades que nós estamos assumindo, já assumimos há muito tempo e infelizmente estamos encontrando barreiras. barreiras do próprio Governo, barreiras no trâmite, nesta Casa, que precisam ser suplantadas.

O Projeto do FUNDAF, já falado aqui, já ganhando adesão de outros Parlamentares que é fazer com que o Governo seja uma espécie de avalista dos pequenos agricultores, quando ele, pequeno agricultor vai ao banco e vai tomar o dinheiro emprestado, que o Governo seja o avalista do pequeno agricultor. Isso vai ajudar a resolver o problema da fome, vai resolver o problema do desemprego, vai resolver o problema da geração de renda para melhorar a qualidade de vida de enormes contingentes populacionais, sobretudo da agricultura.

O Governo, mesmo que tenha o problema de tirar dinheiro do seu orçamento, não vai comprometer mais de 2% de todos os financiamentos do PRONAF, por quê? Porque os grandes latifundiários, tomadores de grandes empréstimos, junto ao Banco do Brasil, por exemplo, de cada 100 grandes emprestadores, dez ficam inadimplentes. E o pequeno agricultor que está aí, apenas 1,7 inadimplentes. Então o Governo do Paraná, muito bem pode ser avalista porque tem condições de gerar emprego e renda para os pequenos agricultores, sendo um avalista do PRONAF, porque são excelentes e bons pagadores do sistema financeiro.

O segundo projeto que está tramitando nesta Casa, é o Projeto 110/99, novamente reapresentado, por essa mesma Bancada, que trata do seguro agrícola. Deputado Augustinho Zucchi, já se referiu aqui com muita propriedade, que como nós temos vários tipos de seguro, o Governo tem que pensar numa proposta, como já estamos pensando numa proposta, tem que se fazer uma compatibilização para a sua efetivação, de um seguro para a agricul-



tura. Temos um outro Projeto apresentado por mim e pelo Deputado Nereu Moura, quando trata do remanejamento de populações quando se faz barragem. A experiência que pegamos de Salto Caxias e transformamos num projeto de lei, que atinge sobretudo, os pequenos agricultores. Está lá o exemplo de reassentamento da Usina de Salto Caxias, que foi uma luta que começou há mais ou menos dez anos atrás, e que hoje está efetivada. Não porque houve beneplácito desse ou daquele Governo. Mas houve efetivamente uma organização dos agricultores, também o apoio significativo desta Casa de Leis.

Também há uma reivindicação da Agricultura Familiar com relação a educação diferenciada, currículo para a educação rural, para manter o homem na terra e manter não só por uma questão romântica, mas mantê-lo na terra com capacitação para fazê-lo produzir cada vez mais. Também nesta Casa, Senhores e Senhoras, o Projeto do Trangênico - estamos discutindo, tem três projetos, o Projeto do Deputado Antonio Baratter, do Deputado José Maria Ferreira, e um Projeto do Partido dos Trabalhadores. O projeto tem algumas diferenças entre eles, mas sobretudo, queremos discutir, e nós particularmente estamos com posicionamento contrário a produção de produtos Trangênicos comercialização e produção, porque estão fazendo da população um laboratório de experiência. Queremos sim, a discussão dos trangênicos, mas num ambiente científico das universidades.

Também o projeto já falado pelo Deputado Zucchi e assinado por mim, pelo Augustinho Zucchi, Deputado Carlos Simões, que tira aquela rigidez da lei, para os agricultores que querem produzir um salame, um queijo, eles não precisam fazer, hoje se quiserem produzir e vender rotuladamente em supermercado, eles precisam fazer um grande frigorífico até a exigência da lei. Nós queremos é garantir uma qualidade mínima de higiene, mas também condições e apoio técnico, para que o agricultor possa produzir o seu produto agroartesanal, com rotulagem, com as especificações do Código do Consumidor e colocar lá no supermercado. Isso vai trazer, evidentemente muito mais renda para a agricultura familiar. E o projeto recentemente apresentado, que é o projeto que incentiva a atividade pesqueira, que em muitos lugares é uma atividade complementar à agricultura familiar.

Mas, aproveitando o ensejo, Senhores Deputados, ilustres visitantes, de cobrar uma posição do Governo do Estado Jaime Lerner. Faço aqui um apelo a liderança do Governo, através do Deputado Valdir Rossoni, que o Governo Jaime Lerner, não pode ficar se escondendo da crise atribuindo problema da sua gestão atual de 99, ao Governo que passou. Porque o

Governo que passou era dele também. Então essa desculpa, me parece que caiu por terra. Mas o Governo até agora não apresentou uma proposta para os agricultores paranaenses. O programa "Paraná 12 meses". Cadê o programa. Parou onde é que está o programa "Paraná 12 meses"? Precisamos e estamos a exigir do Governo Jaime Lerner que dê uma resposta a agricultura do Paraná, o que tem de proposta para fazer aos agricultores; o que está fazendo com os empréstimos autorizados por essa Casa, que não estão vindo, o que é que está acontecendo. Ou que faça uma nova magia e crie um novo programa para poder se sustentar no Governo, porque parece que a magia do Governo Jaime Lerner caiu. Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

### **O Sr. Caíto Quintana**

Recordo que tempos atrás houve uma série de acusações sobre a tramitação de projetos no Senado autorizando empréstimos externos ao Paraná como se fosse a grande salvação da lavoura. Foi comentado na área rural que estava prejudicando a agricultura. Porque sem o empréstimo não poderíamos ter uma política de apoio à pequena propriedade e ao agricultor do Paraná.

Pois bem, tenho o levantamento dos recursos depositados hoje a disposição do Estado do Paraná. Não estão sendo aplicados por falta de contrapartida do Governo na parte que lhe cabe.

Portanto, hoje existe recurso, mas o que está faltando é que o Governo faça a sua parte para poder dar andamento em programas como esse, que foi uma grande esperança, uma grande expectativa em véspera de eleição, que é o Paraná Doze Meses. E que hoje está parado, inclusive com obras projetadas e paralisadas. Muito obrigado!

### **O Sr. Ademir Bier**

Gostaria de colocar a preocupação nossa, no sentido da falta de sensibilidade do Governo do Estado, logo que assumiu no governo anterior Estávamos na prefeitura e todos os programas que existiam, convênios entre estado, município. A participação de cooperativas, de sindicatos esse Governo disse, de imediato, porque veio.

É importante a criação dessa frente hoje, no sentido de cobrarmos do Governo, porque ele não é sensível a essa questão.

Muito obrigado!

### **O SR. IRINEU COLOMBO**

Estamos cobrando do Estado. Que não só se preocupe em aumentar as alíquotas do pedágio, que não só se preocupe com a imagem do Governo. Mas se preocupe com a população que está na roça.

Existem reivindicações, por exemplo, de financiamentos para acertar as suas casinhas lá na

roça, fazer uma reforma na casa, um programa habitacional para a roça, que a Vila Rural não responde a isso. Precisamos disso também.

Só para encerrar, queria aqui fazer um agradecimento público do empenho da Liderança do PT, sobretudo do funcionário Antonio Carrie, quando elaborou a primeira proposta do Fundo de Apoio a Agricultura Familiar - FUNDAF. A Bancada do PT incorporou a idéia proposita pela Liderança do PT e conseguimos adesões. E hoje é um projeto que toda a Casa é dona desse projeto e nos traz bastante orgulho. Hoje o projeto não tem mais dono. Hoje quem é dono, efetivamente, é essa Bancada que está sintonizada por uma política para os agricultores do Paraná que aqui estão. Que é a frente parlamentar da agricultura familiar da reforma agrária que está capitaneada e articulada muito bem pelo Deputado Nereu Moura.

Parabéns pela eterna vigilância e pela cobrança das ações do Governo e dos parlamentares. Que tenhamos bastante sucesso para a alegria da nossa agricultura do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Concedo a palavra ao Deputado Divanir Braz Palma.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Senhor Presidente, Senhores Deputados e demais presentes.

Estamos aqui nessa tribuna só para agradecer. Todos sabem que o nosso mandato sub judice foi ontem a Brasília. O Tribunal Superior Eleitoral houve por bem tratar a matéria e a decisão do Tribunal foi de 5x0, com resultado de um recurso vencido pelo nosso suplente do PPB, e com isso chegamos ao final dessa jornada, depois de oito meses e meio, e que contamos com a transparência, a imparcialidade e a firmeza da Justiça Eleitoral desde juízes da Comarca de Sarandi, de Mandaguaçu, de Pérola, do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que deu ganho de causa a nós por 6x1. Agora, ontem, por fim, na instância final o Tribunal Superior eleitoral deu 5x0.

Quero aqui nobres Pares, manifestar a minha alegria, o meu contentamento que igualmente ao Traiano, estamos com o nosso mandato "sub judice" e diante deste resultado fez-se justiça. Tivemos dois votos a mais do que o outro candidato pretendente. Democracia é isso, somente através do voto é que conseguimos garantir o direito de participar porque o voto é a vontade cristalina do povo. Depois de toda essa luta, quero parabenizar a Justiça Eleitoral e dizer que: Fez-se correção de um erro material de um boletim de urna, e todos nós políticos estamos sujeitos a esse erro, a sofrer esta

injustiça. Mas, com denodo, com trabalho de grupo, coletivo dos nossos companheiros de campanha, conseguimos mostrar a Justiça Eleitoral o erro. A Justiça Eleitoral com eficiência, com equidade, com transparência julgou e deu a nós esta cadeira que é a vontade do povo, que dá esse lugar a nós.

Não poderia deixar de agradecer em especial, a vossa Excelência, que em momento algum deixou de dar condições materiais para que continuássemos esta luta em Brasília, o seu apoio, evidentemente que longe de se pensar em intuição, mas somente no apoio moral para que continuássemos esse trabalho árduo, que é de segurar esta cadeira que foi com muito trabalho, com muita luta.

Quero agradecer também aos nossos companheiros de Partido, o nosso Presidente do PPB estadual, José Janene que trabalhou também, com toda a imparcialidade para que não houvesse nenhuma falta de transparência em qualquer em que partido colocou a disposição nosso advogado Senhor Carmino Donato Junior, que com eficiência, com elevado saber jurídico soube defender esse mandato nosso e fazer com que a Justiça Eleitoral fizesse a correção. O erro que houve não foi de fraude, não foi de dolo, apenas foi um erro humano.

O Sr. Moysés Léonidas

Quero como seu colega e também oriundo da região Norte do Estado, cumprimentar Vossa Excelência por essa decisão e deixar consignado aqui, que de um modo geral todos nós que estamos submetidos uma causa como Vossa Excelência esteve dependendo do julgamento da Justiça, fica num estado de apreensão total, e só quem já passou por isso, que não é evidentemente o meu caso, mas de alguns companheiros que a gente já conviveu, sabemos que é uma dificuldade muito grande. Mas, quero aqui ao cumprimentar Vossa Excelência, deixar um registro nesta Casa, cumprimentando sobretudo a Justiça Brasileira, porque é numa fase da vida nacional em que o cidadão não acredita nas decisões da Justiça ou a Justiça anda devendo uma ocasião firme junto ao povo brasileiro e como cidadão sempre acreditei na Justiça. Vossa Excelência está sendo premiado no seu trabalho e, na questão da Justiça, esta é a principal causa que estamos lutando, a real aplicação da Justiça.

Parabéns a Vossa Excelência e à decisão judicial.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA

Obrigado, companheiro, pelos seus cumprimentos. Vossa Excelência citou um ponto muito importante: a Justiça Eleitoral deu a nós definitivamente esta cadeira, por quatro anos, mas tenho certeza que quem mais saiu vitorioso nesse episódio foi a Justiça Eleitoral que com humildade, soube

reconhecer que houve erro de linha de boletim. Teve a humildade e grandeza suficiente para mandar rever as urnas e os votos estavam lá, os boletins, foram corrigidos e foram acrescentados aos nossos votos. Está de parabéns a Justiça Eleitoral e mais uma tranquilidade para todos nós, porque num estado de direito, temos que ter uma Justiça que paira acima de qualquer interesse e essa Justiça Eleitoral nossa, tanto na 1ª, na 2ª ou 3ª Instância, foram exemplares na condução dessa nossa causa.

Quero agradecer ao nosso líder Tony Garcia que nos deu apoio, ao Deputado Zucchi que, nas horas difíceis, esteve ao nosso lado, ao nosso colega Seleme, ao Ribas Carli, ao Thiago Amorin, ao Duílio Genari e sempre nos apoiaram.

Agradeço a vocês. Estou feliz e estou vendo os companheiros lá em cima. A responsabilidade de um mandato é muito grande. O político tem que ter a sensibilidade de entender as necessidades de nossa gente e as inspirações para que possamos ter um mandato que seja honrado. As inspirações vêm dos movimentos populares, da movimentação do nosso povo, vêm da consciência da nossa gente e eu aqui de público, neste momento em que vejo o meu mandato assegurado pela Justiça Eleitoral do meu país, digo - mais uma vez, obrigado a todos vocês, obrigado a quem votou em mim, às 23 mil pessoas que votaram em mim e os senhores que estão nos assistindo podem ter certeza que vou fazer de tudo para honrar este mandato, para que ele possa representar uma conduta ilibada, tendo o interesse do nosso povo, acima de todos os demais interesses.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Nos congratulamos com o Deputado Braz Palma, pelo reconhecimento pelo Superior tribunal Eleitoral, do seu mandato de Deputado Estadual.

Felicidades, Deputado Braz Palma. Estamos felizes com a sua presença nesta Casa e sentiríamos muito se Vossa Excelência não continuasse dando o seu apoio, o seu prestígio e o seu trabalho.

Concedo a palavra ao Senhor Pastor Edson.

#### O SR. DEPUTADO EDSON PRACZYK

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores. Venho a esta tribuna no dia de hoje para apresentar um projeto de minha autoridade e tive o prazer de protocolar e gostaria de dividir o conhecimento da intenção desse projeto, até para que Vossas Excelências possam analisá-lo, de acordo com a consciência de cada um e nos ajudar no devido apoio do mesmo.

A Súmula do mencionado projeto diz o seguinte:

#### “PROJETO DE LEI Nº

#### SÚMULA:

Obriga os motéis e estabelecimentos similares determinem o preenchimento de ficha de controle, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade e estabelece outras providências.

Art. 1º - Os motéis e similares ficam obrigados e determinar que os clientes preencham as seguintes fichas, no âmbito do Estado do Paraná, visando impedir a frequência de menores de 18 (dezoito) anos de idade.

a) Ficha Nacional de Registros de Hóspedes - FNRH;

b) Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH.

Art. 2º - Os motéis e similares deverão fornecer até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao de referência, ao Conselho Estadual de Turismo, as seguintes informações:

I - perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo os estrangeiros dos nacionais;

II - registro quantitativo de hóspedes com taxas de ocupação e permanência médias e número de hóspedes por Unidade Habitacional (UH).

Art. 3º - Para fins do artigo anterior, os meios de hospedagem utilizarão obrigatoriamente, as informações constantes dos inpressos da Ficha Nacional de Registros de Hóspedes - FNRH, e o Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, aprovados pela EMBRATUR.

Parágrafo Único - As informações relativas a cada hóspede (individual), constantes da FNRH, serão mantidas pelo período de 06 (seis) meses pela administração dos motéis ou similares e a cópia encaminhada ao Conselho Estadual de Turismo.

Art. 4º - Ficam os estabelecimentos a que se refere o artigo 1º, obrigados a distribuírem aos seus usuários, panfletos e boletins de orientação, quanto aos cuidados para evitar o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS (HIV), entre outros.

Art. 5º - As empresas ou entidades ou administradoras de meios de hospedagem deverão observar o cumprimento dos dispositivos legais; nos termos das Lei Federal nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, e da Lei nº 8118, de 28 de março de 1991, já com as suas devidas alterações e, da deliberação Normativa nº 367, do Instituto Brasileiro de Turismo - (EMBRATUR), de 26 de novembro de 1996, para o exercício de suas atribuições.

Art. 6º - O descumprimento do que dispõe à presente Lei, importará em multa administrativa no

valor de 10.000 (dez mil) UFIR's, aplicando-se o dobro, em caso de reincidência.

Art. 7º - As multas não recolhidas no período de 30 (trinta) dias, a contar do auto de inflação (AI), serão exigidas através de execução, promovida pela Procuradoria do Estado.

Art. 8º - As multas fixadas e aplicadas na presente Lei, serão divididas em:

a) 50% (cinquenta por cento) destinado ao Fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo Município (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e,

b) 50% (cinquenta por cento) destinadas ao Fundo da Secretaria de Turismo do Estado.

Art. 9º - À Secretaria Estadual de Turismo, caberá a fiscalização, bem como a aplicação da multa da presente lei.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.06.99.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK"

E como disse para os nobres Parlamentares, Senhor Presidente, a intenção ou como possa assim afirmar a Justificativa, eis que como Justificativa, segundo pesquisas que também tenho feito, o número de crianças e adolescentes às vezes até violentadas sexualmente no interior de tais recintos, são assustadores, mostrando a necessidade de restringir a liberdade a que estão sujeitos os menores de 18 anos. E também faço questão de salientar que sendo assim o presente Projeto, visa coibir, também a entrada e a permanência de crianças ou adolescentes, menores de 18 anos em estabelecimentos de motéis similares, além de coibir e inibir o oportunismo de maus elementos, marginais, vândalos, que se utilizam de tais estabelecimentos para se esconderem de batidas policiais, o que muito comum, então esta é a nossa proposta.

Concedo o aparte ao meu companheiro e amigo Antonio Baratter.

#### **O Sr. Antonio Baratter**

Deputado Edson, lhe confesso que não conheço esse procedimento desses estabelecimentos comerciais, com certeza o senhor ou alguém da sua assessoria pode ter ido lá para verificar como isso na prática funciona. Porque na verdade o meu questionamento é o porquê realmente dessa preocu-

pação em registrar esses clientes de motéis. Porque no meu entender esta é uma questão de atividade sigilosa, de consciência que acusa ou até alivia.

Acredito na boa intenção do seu projeto, mas na prática acuso que isto gerará um grande desemprego na sociedade.

#### **O SR. PASTOR EDSON**

Agradeço a participação do nobre companheiro, mas discordo de V.Exa, porque vejo V.Exa. que não apenas eu como homem público e simultaneamente como pastor, homem de Deus, homem professa a fé cristã, não tenho nada contra a entrada de quem quer que seja em tais estabelecimentos. A proposta que talvez o senhor não tenha entendido do presente Projeto de Lei é inibir a entrada de pessoas que acredito, nenhum dos deputados tenha a aprovação, menores que são explorados sexualmente, que são vítimas da infeliz prática da pedofilia.

#### **O Sr. Irineu Colombo**

Pastor Edson, parabéns pela iniciativa, pela preocupação com a questão social, sobretudo, quando nós falamos dessas crianças e adolescentes que ainda não têm capacidade de discernimento e nenhum controle emocional sobre libido, sobre seus instintos sexuais, não estão perfeitamente amadurecidos, portanto, nós temos essa consciência, temos que elaborar projetos de lei, instrumentos legais como Vossa Excelência está propondo para fazer essa interferência positiva, no sentido não de inibir a sexualidade da pessoas uma coisa bonita, a liberdade da pessoa evidentemente, mas o intuito é da absoluta proteção. Evidentemente que o sexo junto aos jovens de tenra idade, ele é muito mais atrativo inclusive financeiramente, evidentemente isso tem que ser coibido.

Parabéns pela iniciativa.

#### **O SR. PASTOR EDSON**

Agradeço a participação do nobre Deputado, inclusive já nessa tribuna não apenas uma, mas várias vezes me pronunciei, inclusive fiz menção de uma excelente matéria publicada pela "Gazeta do Povo", que o maior índice de menores de 18 anos vem como alternativa até de subsistência pela infeliz situação que o nosso país atravessa, de inúmeras injustiças sociais econômicas, então, se vêem encurralados numa situação tal que tendem a vender-se, comercializar o corpo, e com esse projeto aqui mencionado, a entrada desses menores ficará restrita, coibindo e impedindo que a exploração sexual que é tão pelos parlamentares estaduais e federais combatida em Plenário, vem a ser na prática assim restringido.

Agradeço, Senhor Presidente, nobres Pares e os senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada, prezados agricultores que aqui representam os pequenos agricultores do Paraná.

Faço uso da tribuna neste momento para que os agricultores, que para aqui vieram, levem a palavra do Governo Jaime Lerner, do que nós estamos fazendo e do que nós não estamos podendo fazer. Mas, é importante que se diga, aqui neste momento, e com seriedade, e gostei das palavras ditas pelo Deputado Waldyr Pugliesi, em partes, quando ele disse que nós temos que dividir, e temos que discutir, e que temos que nos somar para resolvermos os problemas.

Eu me preocupo muito quando vejo aqui o movimento que vem do interior. Houve aqui os discursos bonitos dos Deputados, de vários Deputados, e que de repente os agricultores poderão sair daqui com a ilusão de que os problemas estão todos resolvidos. É importante que se diga, aqui neste momento, aos agricultores e aos Senhores Deputados que vários parlamentares que fizeram o uso da tribuna, hoje, e fizeram a cobrança do governo Jaime Lerner, e que nós aceitamos a cobrança, para a solução dos problemas dos pequenos agricultores do Paraná, são os mesmos Deputados que governaram o Paraná no passado.

Se hoje nós temos, prezados agricultores, como disse o Deputado Augustinho Zucchi: “os sem-terra de hoje, os pequenos agricultores de ontem abandonados”.

Se temos os sem-terras é porque nós no passado não tivemos também o atendimento ao pequeno agricultor ou ao agricultor familiar.

Não se iludam os senhores em alguns discursos aqui feitos, porque eles tiveram a grande oportunidade de deixar menos problemas para o Governo atual.

Porque, hoje, sem sombra de dúvida, mediante aos graves problemas sociais que enfrentam o Paraná e o Brasil, nós nos sentimos impotentes para resolvermos todos os problemas.

Nós assinamos aqui um Requerimento, onde pede urgência, para que o Governador tome medidas de apoio aos pequenos agricultores e aos agricultores que estão aqui.

Mas, é importante que se diga que o agricultor volte para sua casa e ouça com atenção de que para se criar um fundo nós precisamos de recursos. E nós precisamos, como disse o Deputado Waldyr Pugliesi, do alto da sua inteligência, nós temos que

achar a fonte, nós temos que debater essa questão, porque sem sombra de dúvida, se nós acharmos a forma de termos o dinheiro e, sem sombra de dúvida, o mesmo sonho dos agricultores, é o sonho do Governador Jaime Lerner, é o sonho do Deputado Rossoni, que é o Líder do seu Governo.

Quero aqui dizer aos pequenos agricultores ou aos agricultores que praticam a agricultura familiar: o governo Jaime Lerner sabe dos problemas que tem o Paraná. Vou dar aqui algumas posições do que aconteceu no Governo Jaime Lerner e que, sem sombra de dúvida, foi votada para os agricultores do Paraná, não foi o suficiente, porque se não os senhores não estariam aqui.

Mas, sem sombra de dúvida, a primeira preocupação do Governador Jaime Lerner, no seu primeiro dia de mandato, foi ir em busca de recursos para aprovar um programa para ser implantado no Paraná, um programa denominado Paraná 12 meses, e que muitos podem discordar do Paraná 12 meses, mas que benefícios, sim, tem trazido ao Paraná.

Quero colocar aqui, algumas questões:

Foi distribuído aos agricultores do Paraná mais de três milhões de toneladas de calcário. É bastante, mas não o suficiente para atender a todos os agricultores.

Um programa no Paraná, do café adensado, para que os senhores tenham uma idéia, aumentou em trinta mil hectares o plantio de café que multiplicado por dez mudas, são trezentos milhões de pés plantados no Paraná. E, para que os senhores tenham uma idéia do significado disso, em 95 o Paraná colheu em café, 165 mil sacas. E, para nossa alegria, em 1998, colhemos dois milhões e trezentos mil toneladas de café. Isso significa quarenta vezes mais o que se colhia em 1995.

O plantio de algodão foi aumentado em mais de cinquenta mil hectares. Distribuimos mais de 200 mil sacas de milho para ajudar o pequeno agricultor e não foi o suficiente porque o agricultor continua em dificuldades.

O Paraná 12 Meses já assentou nas Vilas Rurais, sete mil famílias. Ao terminarmos a construção de todas as vilas que estão sendo construídas com muito sacrifício porque não temos recursos, estaremos assentando 16 mil famílias no Paraná.

É importante que se diga que o “Paraná 12 Meses” proporcionou a sete mil famílias a reconstrução da sua casa e que queremos chegar a mais de cinquenta mil casas reconstruídas no Paraná.

Para que saibam, de trezentos e cinquenta e dois milhões, o “Paraná 12 Meses”, apenas aplicou setenta milhões. Temos muito o que fazer, temos os recursos a serem investidos. O que precisamos é ter a qualidade, a inteligência de discutirmos como

estamos fazendo hoje, sem demagogia, sem vendermos aqui a facilidade para colhermos aqui o aplauso. Mas dizemos aqui aos agricultores: A liderança do governo Jaime Lerner, o Secretário da Agricultura como já os recebeu na Secretaria, estamos abertos para aqui construirmos um Paraná melhor.

Queremos, sem sombra de dúvida, ao encontrarmos o Governo Jaime Lerner, entregarmos um Paraná com menos problemas sociais do que quando recebemos, porque se tivéssemos tido uma política voltada para o Pequeno Agricultor como muitos discursaram naquela tribuna, não teríamos sem-terra ali na praça aguardando solução de desapropriação. É por isso que neste momento assinamos o requerimento para que o Governo sinta que a vontade dos Parlamentares do Paraná é a vontade do Pequeno Agricultor.

Quando subscrevemos o requerimento significa a vontade do agricultor dos Municípios que represento, significa a vontade daquele agricultor que confiou o seu voto no Deputado Rossoni.

Quero aqui também responder a um Parlamentar que disse aqui o seguinte: "Rejeitem um projeto maluco que quer cobrar água dos agricultores". O Governo do Paraná procura andar junto com o País, com o mundo, no mundo, todos os países do mundo já regulamentaram o uso da água nos seus países, aqui no Brasil muitos estados já regulamentaram o uso da água, e se faz necessário regulamentar o uso da água também no Paraná, e diga-se de passagem o Paraná é um estado rico em água. Só quero entrar num detalhe para que depois quando nós estivermos discutindo a questão do projeto dos recursos hídricos nós tenhamos oportunidade de entrar no mérito, mas só quero dar uma explicação aos agricultores para que eles entendam, a lei que provavelmente será aprovada nesta Casa preserva o agricultor e o pequeno agricultor. Para que os senhores tenham uma idéia: um proprietário que mora na região metropolitana, que tem mais de cem mil hectares de terra, vai pagar cinco reais de água durante o ano, provavelmente não vai pagar nada porque é muito mais caro emitir a cobrança do que cobrar os cinco reais, mas a decisão, senhores agricultores, e eu acredito que é por desconhecimento que o deputado chamou esse projeto de maluco, a decisão micro-bacias, aonde corre aquele pequeno riacho, os seus moradores avizinham aquele riacho, vamos citar aqui um exemplo, tem lá cem moradores, cem moradores pequenos agricultores que praticam a agricultura familiar, mas entre esses cem tem dois grandes agricultores, grandes proprietários que irrigam a sua propriedade e gastam em abundância a água, estes agricultores lá localizados naquela micro-bacia numa região do Paraná, formarão um consórcio e lá tomarão uma

decisão, se devem cobrar daqueles dois grandes agricultores, grandes proprietários, ou não. Porque não é possível, e nós sabemos que nós estamos entrando no milênio da dificuldade com água, que aqueles 98 agricultores tenham o mesmo tratamento do que aqueles dois, ou aquela grande indústria que tem o grande consumo de água. Aqueles dois terão sim que pagar para investir na micro-bacia para que os pequenos agricultores, a grande maioria continue tendo a mesma qualidade de vida e a qualidade de água. É este o objetivo do projeto do Governo que teremos oportunidade de discutir a partir da semana que vem. Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de fazer aqui o meu pronunciamento, quero cumprimentar Vossa Excelência pela forma com que conduziu esta questão, esta questão é de muita seriedade, temos que tratar isto com determinação e com muita sabedoria para acharmos a solução, porque sem sombra de dúvida será um grande avanço se nós conseguirmos fazer isso no Governo Jaime Lerner, e nós faremos sim um esforço descomunal para que nós possamos fazer isto que nós devemos aos agricultores do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vou submeter a votos o requerimento assinado por quase todos os Deputados que apelam ao Governador do Estado para que decida ajudar os pequenos agricultores da agricultura familiar. Vou submeter a votos ainda agora.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

Requerimento n 1320, de autoria dos Senhores Deputados Valdir Rossoni, Elio Rusch, Antonio Belinati, Ademar Traiano, Marcos Isfer, Luiz Accorsi, Ricardo Chab, Augustinho Zucchi, e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Senhores Deputados que aprovam o requerimento, conservem-se como estão.

**Aprovado por unanimidade.**

O requerimento será encaminhado ainda hoje.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

A pedido do Deputado Accorsi anunciamos as presenças nessa Casa do Prefeito de Luanda,

Mário, o seu vice-Prefeito Hugo (SIC) e do agricultor Clóvis Amaral.

A pedido do Deputado Antonio Annibelli, a presença da Vereadora Jandira F.L. dos Santos e do Vereador João F. Oliveira F., também do município de Luanda.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Aproveito a oportunidade para agradecer aos camponeses e aos pequenos agricultores que aqui estão, as suas presenças nessa Casa. E dizer a eles, que nós como dirigentes do Poder Legislativo estamos satisfeitos e felizes pelo comportamento democrático com que assistiram essa sessão muito importante.

Desejo que todos aqueles que freqüentam a Assembléia como nesse instante, comportem-se como vocês se comportaram.

Muito obrigado.

(**Aplausos**)

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Angelo Vanhoni, Péricles Mello, Hermas Fonseca, Irineu Colombo e demais Senhores Deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 2 (dois), de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

## ITEM I

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/99, de autoria do Deputado Péricles Holleben Mello, que declara de Utilidade Pública a Creche José Santana, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada a emenda. O Projeto irá à Redação Final.**

## ITEM II

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/99, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores e Produtores de Boa Vista da Aparecida - AAPB, e dá outras providências, com sede e foro no Município de Boa Vista da Aparecida e foro no Município de Capitão Leônidas Marques. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

**Aprovada e emenda.**

## ITEM III

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/99, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública o Centro de Vida Independente de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. EMENDA A C.C.J.

**Aprovada a emenda.**

## ITEM IV

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera a redação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D. A. nº 17, de 22.03.99).**

LEI Nº 12.355

DATA: 08 de dezembro de 1998.

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos, ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2º - A composição, organização, atribuições, competências, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1º da presente lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza, ações, com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia - COPEL, e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º.

Parágrafo Único - O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

Art. 4º - O Poder Executivo destinará parte das ações colocadas à venda, proporcionalmente à sua espécie, aos empregados, atuais e aposentados, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com percentual e deságio a ser definido.

Art. 5º - Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3º desta lei, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;
- b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;
- c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;
- d) situação econômico-financeira da companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;
- e) sumário dos estudos de avaliação da sociedade;

f) critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;

g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada;

h) percentual e valor do deságio das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 6º - O Poder Executivo fará constar, também, em todos os editais de alienação, as seguintes obrigações dos novos controladores e seus sucessores:

I - manter, no Estado do Paraná, as sedes das sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º;

II - assumir o patrimônio da Fundação COPEL, de previdência e assistência social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei;

III - assegurar aos empregados, independente da quantidade de ações que sejam titulares, a indicação de pelo menos um dos membros dos Conselhos de Administração.

Art. 7º - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3º desta lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I - 70% (setenta por cento) na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II - 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 8º - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3º, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S/A, autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, até o montante de R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observado o disposto no art. 7º.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o aumento do capital social da Paraná Investimentos S/A, cujo valor poderá ser de até R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).



Art. 10 - Em consequência do artigo anterior, o artigo 2º e seu inciso I, da Lei nº 11.428, de 14.06.96, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - O Capital Social da Empresa será dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscreve até 1.999.900 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R\$1.999.900.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou valores mobiliários, inclusive ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) da COPEL e de outras empresas em que o Estado do Paraná detenha participação acionária.”

Art. 11 - Para consecução dos objetivos desta lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de consultoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante assessoria técnica ou condução do processo de alienação, através de celebração de convênios ou contratos.

Art. 12 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

Palácio do Governo, em 08.12.98.

(aa) JAIME LERNER

Governador do Estado

GIOVANI GIONÉDIS

Secretário de Estado da Fazenda

JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO

Secretário de Estado do Governo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 082/99

P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 082/99, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que visa alterar a redação da Lei nº 12.355, de 08 de dezembro de 1998.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

NEREU MOURA - Relator

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 283/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989, alterada pela Lei nº 11.715, de 07 de maio de 1997. Parecer Favorável da C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 58, de 31.05.99)**

LEI Nº 11067

DATA: 17 de fevereiro de 1999.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - ficam proibidas no Estado do Paraná a utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas:

- sob pena de crime inafiançável, conforme a Lei Federal nº 7.653, de 12.02.1988.

Parágrafo Único - A captura e a manutenção em cativeiro, poderá ser realizada apenas para fins didáticos - científicos mediante prévia anuência a órgão ambiental estadual e federal.

Art. 2º - O Poder Público Estadual deve garantir a preservação dessas espécies bem como dos ecossistemas que sirvam de habitat as mesmas, mediante aplicação de (um por cento) sobre o valor orçamentário da instituição responsável pela preservação.

Art. 3º - Considera-se fauna ameaçada de extinção, animais nativos originários do país que, através de levantamento realizados pela comunidade científica apresentam número reduzidos a níveis críticos.

## MAMMALIA

NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR
<u>Chironectes minimus</u> (Zimmerman, 1670)	cuíca-d'água
<u>Cebus apella</u> (Linnaeus, 1756)	macaco-prego

**MAMMALIA**

NOME CIENTÍFICO	NOME VULGAR
<u>Alouatta fusca</u> (E. Geoffroy, 1812)	bugio/guariba
<u>Leontopithecus caissara</u> (lorir § Persson, 1990)	mico-leão-da-cara preta
<u>Priodontes maximus</u> (Kerr, 1792)	tatu-canastra
<u>Myrmecophaca tridactyla</u> (Linnaeus, 1758)	tamanduá-bandeira
<u>Agouti paca</u> (linnaeus, 1766)	paca
<u>Chrysocyon brachiurus</u> (Illiger, 1815)	lobo-guará
<u>Speotnos venaticus</u> (Lund, 1842)	cachorro-vinagre
<u>Lutra Longicaudis</u> (Oliers, 1818)	lontra
<u>Pteronura brasiliensis</u> (Gmelin)	ariranha
<u>Felis concolor</u> (Linnaeus, 1771)	puma
<u>Felis pardalis</u> (Linnaeus, 1758)	jaguaritica
<u>Panthera onça</u> (linnaeus, 1758)	onça-pintada
<u>Tapirus terrestris</u> (Linnaeus, 1758)	anta/tapir
<u>Tayassu pecari</u> (Link, 1795)	queixada
<u>Ozotocercus bezoarticus</u> (Linnaeus, 1758)	veado-campeiro
<u>Blastocerus dichotomus</u> (Illiger, 1815)	cervo do pantanal
<u>Sylvilagus brasilienses</u> (Linnaeus, 1758)	tapiti

**RÉPTEIS**

<u>Caimar Latirostris</u> (Daudin, 1801)	Jacaré-de-papo-amarelo
<u>Cnelonia Mydas</u> (Linnaeus, 1758)	tartaruga-verde
<u>Caretta Caretta</u> (Linnaeus, 1758)	tartaruga-cabeçuda
<u>Lepidochelys Olivacea</u> (Eschscholtz, 1829)	xibirro
<u>Eretmochelys imbricata</u> (Linnaeus, 1766)	tartaruga-de-pente
<u>Dermochelys coriacea</u> (Linnaeus, 1766)	tartaruga-de-couro
<u>Clelia clelia</u> (Daudir, 1803)	muçurana
<u>Bothrops cotiara</u> (Gonmes, 1913)	cotiara

**AVES**

<u>Rhea americana</u> (Linnaeus, 17580)	ema
<u>Crypturellus noctivagus</u> (Wied, 1820)	jaó-do-litoral

**AVES**

<u>Crypturellus undulatus</u> (Temminck, 1815)	jaó
<u>Eudocimus ruber</u> (Linnaeus, 1758)	guará
<u>Tigrisoma fasciatum</u> (Such, 1825)	socó-boi-escuro
<u>Pilnerodius pileatus</u> (Boddaert, 1783)	garça-real
<u>Aninha cornuta</u> (Linnaeus, 1766)	anhuma
<u>Mergus octasetaceus</u> (Vieillot, 1817)	pato-mergulhador
<u>Chondrohierax uncianatus</u> (Temminck, 1822)	gavião-caracoleiro
<u>Accipiter poliogaster</u> (Temminck, 1824)	tauató-pintado
<u>Harpagus diodor</u> (Temminck, 1823)	gavião-bombachinha
<u>Harpia Harpyja</u> (Linnaeus, 1758)	Harpia
<u>Harpyhaliaetus coronatus</u> (Vieillot, 1817)	águia-cinzenta
<u>Morphnus guianensis</u> (Daudin, 1800)	uiraçu
<u>Spizastur melanoleucus</u> (Vieillot, 1816)	gavião-pato
<u>Leucopternis lacernulata</u> (Temminck, 1827)	gavião-pombo
<u>Spizaetus ornatus</u> (Daudin, 1801)	gavião-de-penacho
<u>Perabuteo unicintus</u> (Temminck, 1824)	gavião-de-asa-de-telha
<u>Buteogallus Aequinoctialis</u> (Gmelin, 1788)	caranguejeiro
<u>Circus buffoni</u> (Gmelin, 1788)	gavião-do-banhado
<u>Daptrius americanus</u> (Boddaert, 1783)	caracará-preto
<u>Crax fasciolata</u> (Spix, 1825)	mutum
<u>Ortalis guttata</u> (Spix, 1825)	aracuá
<u>Pipile jacutinga</u> (Spix, 1825)	jacutinga
<u>Cariame cristata</u> (Linnaeus, 1766)	seriema
<u>Columba speciosa</u> (Gmelin, 1789)	pomba-trocal
<u>Claravis godefrida</u> (Temmenck, 1811)	paruru
<u>Ara ararauna</u> (Linnaeus, 1758)	arara-canindé
<u>Ara chloroptera</u> (Gray, 1859)	arara-vermelha
<u>Ara maracana</u> (Vieilliot, 1816)	maracanã
<u>Aratinga auricapilla</u> (Kuhl, 1820)	jandaia
<u>Aratinga aurea</u> (Gmelin, 1789)	maritaca-cabeça-de-coco
<u>Amazona amazonica</u> (Linnaeus, 1766)	papagaio-curuca
<u>Amazona brasiliensis</u> (Linnaeus, 1766)	papagaio-chauá
<u>Triclaria malachitacea</u> (Spix, 1824)	sabiá-cica

**AVES**

<u>Coccyzus euleri</u> (Cabanis, 1873)	papa-lagartas-cinzento
<u>Pulsatrix perspicillata</u> (Latham, 1780)	murucututu
<u>Ciccaba huhula</u> (Daudin, 1800)	coruja-pintada
<u>Aegolius harrisi</u> (Cassin, 1849)	caburé-canela
<u>Nyctibius aethereus</u> (Wied, 1820)	mãe-de-lua
<u>Nyetiphrurus ocellatus</u> (Tschudi, 1844)	bacurau-ocelado
<u>Chrysolampis mosquitus</u> (Linnaeus, 1758)	beija-flor-vermelho
<u>Lophornis magnifica</u> (Vieillot, 1817)	topetinho-vermelho
<u>Heliomaster longirostris</u> (Audebert & Vieillot, 1801)	beija-flor-bicudo
<u>Heliomaster furcifer</u> (Shaw, 1812)	estrelinha-de-leque-azul
<u>Chloroceryle inda</u> (Linnaeus, 1766)	martim-pescador-da-mata
<u>Chloroceryle aenea</u> (Pallas, 1764)	arirambinha
<u>Momotus momota</u> (Linnaeus, 1766)	udu-de-coroa-azul
<u>Jacamaralcyon tridactyla</u> (Vieillot, 1817)	cuitelo
<u>Ramphastos vitellinus</u> (Lichtenstein, 1823)	tucano-de-bico-preto
<u>Pteroglossus aracari</u> (Linnaeus, 1758)	araçari
<u>Dryocopus galeatus</u> (Temminck, 1822)	pica-pau-de-cara-amarela
<u>Lepidocclaptes angustirostris</u> (Vieillot, 1818)	arapaçu-do-cerrado
<u>Hylocryptus rectirostris</u> (Wiend, 1831)	barranqueiro
<u>Phacellodomus striaticollis</u> (Lafresnaye & D'Orbigny, 1838)	tio-tic
<u>Anabazenops fuscus</u> (Vieillot, 1816)	trepador-de-coleira
<u>Synallaxis hypospodia</u> (Sclater, 1874)	tererê
<u>Philydor dimidiatus</u> (Pelzeln, 1859)	limpa-folhas-ocráceo
<u>Thamnophilus punctatus</u> (Shaw, 1809)	choca-da-mata
<u>Dysithamnus xanthopterus</u> (Burmeister, 1856)	choca-das-costas-castanha
<u>Herpsilochmus atricapillus</u> (Pelzeln, 1868)	formigueiro-cinzento
<u>Drymophila ochropyga</u> (Hellmayr, 1906)	choquinha-riscada
<u>Biatas nigropectus</u> (Lafresnaye, 1850)	chocão-de-bigode
<u>Conopophaga melanotos</u> (Vieillot, 1818)	chupa-dente-de-máscara
<u>Suiriri suiriri</u> (Vieillot, 1818)	guasva-de-cerrado
<u>Phylloscartes paulistus</u> (Hering, 1907)	paulistinha

**AVES**

<u>Ramphotrygon megacephala</u> (Spix, 1825)	patinho-cabeçudoo
<u>Platyrrinchus leucoryphus</u> (Wied, 1831)	patinho-grande
<u>Xolmis velata</u> (Lichtenstein, 1823)	noivinha de costas-cinzentos
<u>Tachuris rubrigastra</u> (Vieillot, 1817)	papa-piri
<u>Culcivora caudacuta</u> (Vieillot, 1818)	mosqueteiro-do-brejo
<u>Polystictus pectoralis</u> (Vieillot, 1817)	papa-moscas-canela
<u>Antilophia galeata</u> (Lichtenstein, 1823)	tangará-de-chifre
<u>Lipaugus lanioides</u> (Lesson, 1844)	suissa
<u>Piprites pileatus</u> (Temminck, 1822)	dançador-coroados
<u>Ramphocaenus melanurus</u> (Vieillot, 1819)	chirito-bicudo
<u>Poliophtila lactea</u> (Sharpe, 1885)	balança-rabo
<u>Arremon taciturnus</u> (Hermann, 1783)	tico-tico-de-bico-preto
<u>Orzoborus angolensis</u> (Linnaeus, 1766)	curió
<u>Sporophila frontalis</u> (Verreaux, 1869)	pichochó
<u>Sporophila leucoptera</u> (Vieillot, 1817)	chorão
<u>Sporophila bouvreuil</u> (Muller, 1776)	caboclinho
<u>Cypsnagra birundinacea</u> (Lesson, 1831)	sanhaço-andorinha
<u>Neothraupis fasciata</u> (Lichtenstein, 1823)	sanhaço-de-máscara
<u>Chlorophanes spiza</u> (Linnaeus, 1758)	saí-verde
<u>Dacnis nigripes</u> (Pelzeln, 1856)	saí-perna-preta
<u>Cacicus solitarius</u> (Vieillot, 1816)	gaúna-de-bico-branco
<u>Scaphidura oryzivora</u> (Gmelin, 1788)	grauna
<u>Psarocolius decumanus</u> (Pallas, 1769)	japu
<u>Cyanocorax cyanomelas</u> (Vieillot, 1818)	gralha-violeta
<u>Cyanocorax cristatellus</u> (Temminck, 1823)	gralha-do-cerrado

bem como as espécies:

1º - de extrema restrição a habitats particulares de pequena extensão;

2º - em sensível declínio populacional (não obrigatoriamente apresentando populações numericamente críticas);

3º - insuficientemente conhecidas;

4º naturalmente raras e portanto com populações sempre pequenas sem qualquer "redução" no número de indivíduos;

5º que apresentam o Estado do Paraná como seu limite de distribuição geográfica.

Parágrafo Único - Ficam fazendo parte integrante desta lista as espécies que forem assim declaradas, nos termos desta lei, pela comunidade científica.

Art. 4º- A introdução e a reintrodução de exemplares da fauna ameaçada de extinção em ambientes naturais, compete ao Estado e deverá ser efetuado com base em dados técnicos e científicos.

Parágrafo Único - O Estado, através de seus órgãos competente poderá estabelecer contato com a iniciativa privada.

Art. 5º - esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, em 17.02.95.

JAIME LERNER

Governador do Estado

HITOSHI NAKAMURA

Secretário de Estado do Meio Ambiente

## COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

LEI Nº 8.946, DE 5 DE ABRIL DE 1989.

Proíbe, no Estado do Paraná, a caça e pesca predatória e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam proibidos no Estado do Paraná a Caça e Pesca predatória assim como os esportes, espetáculos e atos públicos ou privados que envolvam maus tratos ou a morte de animais, independente de sua espécie, raça, de sua origem exótica ou nativa, silvestre ou doméstica e de sua quantidade.

§ 1º - Ficam ressalvado os casos de abate sob condições próprias, humanitárias e legais, para consumo alimentar;

§ 2º - Excetua-se dos limites dos ditames desta lei, o esporte de Tiro ao Vão praticado sobre pombos domésticos, criados especificamente para a prática desta modalidade desportiva. (Lei nº 11.715, de 07 de maio de 1997) acresce § 2º ao artigo 1º da lei 8.946, de 05 de abril de 1989).

Art. 2º - Fica a autoridade competente autorizada a efetuar multas e sanções penais cabíveis às entidades, empresas ou associações que participem, patrocinem ou apoiem cerimônias, espetáculos ou acontecimentos prejudiciais aos animais.

Art. 3º - esta lei entrará em vigor na data de sua aplicação, revogadas as disposições em contrário.

\* Ver Lei nº 11.067, de 17 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a proibição, no Estado do Paraná, de utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades proibidas, conforme específica.

\* Ver Lei nº 10.247, de 12 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a competência do IAP para a fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná e o Decreto nº 2.320, de 21 de maio de 1993, que dispõe sobre as sanções administrativas decorrentes de infrações ambientais.

\* Ver legislação federal, Lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, e alterações posteriores, que dispõe sobre a proteção à fauna.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 283/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, que por objetivo acrescentar parágrafo ao artigo 1º da Lei nº 8.946, de 05 de abril de 1989, alterada pela Lei nº 11.715, de 07 de maio de 1997.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 01.06.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. WALDYR PUGLIESI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, Vossa Excelência, sem seguida pela colocação desse projeto teria que colocar na votação o projeto de Lei 283/99. Quero fazer um apelo a Vossa Excelência certamente que durante todos esses anos Vossa Excelência deixou uma marca indelével na história do Paraná. As atitudes, que tomou ao longo de todos esses anos, deixaram as marcas de um homem corajoso. Gostaria de fazer um apelo a sua sensibilidade, estamos para nos submeter a votos esse projeto que cria as fazendas de caça no Estado do Paraná. Parece-me que é uma matéria que até agora não está devidamente discutida, pelo conjunto dessa Casa. Então, o apelo que faço a Vossa Excelência é para que retire esse projeto da pauta, para que pudéssemos analisá-lo mais aprofundadamente. É o apelo que faço a sua sensibilidade, de homem público, que deixou, como já falei, a sua posição muito clara na história do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Deputado Valdir, vou submetê-lo a voto o projeto, pela sua constitucionalidade. Prometo a Vossa Excelência que não voltará a Ordem do Dia, sem que gente mantenha entendimento com Vossa Excelência e outros Srs. Deputados.

Em votação o projeto, com promessa do Presidente, que ele só retornará após entendimento com os Srs. Deputados.

Aprovado.

Com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço a permissão para fazer justificativa de voto, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, na condição de médico veterinário e tenho, evidentemente, prestado um juramento em defesa da vida dos animais e ao defender a vida dos animais e a saúde dos animais também defender a saúde dos seres humanos e tendo, nesta Casa, sido autor de uma Lei aprovada pela unanimidade da Casa de sancionada pelo Sr. Governador, de proteção da fauna, gostaria de compreensão de Vossa Excelência em registrar o meu voto contrário ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

O SR. PASTOR EDSON (**Justificativa de Voto**)

Indiscutivelmente o Sr. é o maior nome, o maior referencial político do Estado, e por que não dizer, do País?

Por esta razão o Sr. vive cercado de pessoas que lhe admiram e lhe respeitam, por tudo aquilo que o senhor pode oferecer a elas e pessoas que lhe admiram e respeitam pelo que o Sr. é, como pessoa. Sou um dos tais que lhe admiro, tenho prazer em dizer que lhe admiro, lhe respeito, lhe amo, em Cristo, posso até acrescentar isso. Porque, para mim o senhor é um referencial, tanto de exemplo político, de homem público, de homem trabalhador, porque é uma pessoa que parece que não se cansa nunca, não tem hora para pegar no trabalho, não tem hora para cessar o trabalho.

Mas este projeto, faço questão de fazer uma observação, até pelos meus princípios, meu entendimento, quero votar contrário.

É que é bem diferente se promover um pesque pague, uma pesca esportiva, onde é obrigado a remover a farpa do anzol e tão logo o peixe é fispado ele retorna ao seu habitat, com todas as chances de sobreviver.

Já a mencionada caça difere porque o atirador, errando o primeiro tiro, ele não vai ter o trabalho de ir para o meio dos espinhos, ou para o meio do mato tentar executar o animal para tirá-lo daquela agonia de um tiro errado que venha aleijá-lo, cegá-lo, ou coisa semelhante.

Sabemos também o ser humano já tem, por tendência, um pouco de incômodo com o que é proibido. Ainda estes dias, o Deputado, **GABRIEL LUIZ FRANCO**, mencionou que há tempos atrás a legislação dizia:- Correr 80 por hora. Se ampliou para 110 e ainda existem pessoas que acham pouco!

Ou seja, o caçador que estiver na prática de tal maligna atitude ele nunca vai se contentar em só ati-

rar no faisão que foi destinado para isso. Ele vai tentar dar um tiro no tucano, no papagaio, o que também não tem nada a ver.

Por esta razão, Sr. Presidente, quero que o Sr. registre o meu voto contrário. Quero também que o Sr. registre que entendo que se a pessoa quer praticar tiro ao alvo, tudo bem, que ela atire na lata de cerveja que consumiu, que pratique tiro ao prato, ou então que utilize a terra para plantar maçãs, colher maçãs e vestido de Guilherme Tell fazer mira na maçã.

Mas não posso, de forma alguma, dar meu voto favorável a este projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Aprovado o projeto com os votos contrários já anunciados: O projeto não vai retornar à Ordem do Dia de amanhã.

SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1304, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1305, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1312, de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1313, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1315, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1316, de autoria do Senhor Deputado Tony Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1319, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1322, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1323, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1324, de autoria do Senhor Deputado Cláudio de Oliveira, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 1325, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. Encaminhe-se como sugestão.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Trata-se de matéria de competência do Tribunal de Justiça. Nós encaminharemos como sugestão.

Requerimento nº 1298, de auto do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Retirado pelo autor.

Requerimento do Deputado Orlando Pessuti.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Deputado Orlando Pessuti, requeiro a V.Exa. a retirada do requerimento, pois nós estamos com o relatório das obras em mãos, entregaremos no dia de amanhã para V.Exa., porque esse aqui foi encaminhado à Liderança do Governo e o Secretário vai nos enviar no final da tarde este relatório, encaminhado diretamente ao Deputado Orlando Pessuti. **Retirado.**

### Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Irineu Colombo, inscrito.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor Presidente, brevemente para anunciar a esta Casa que recebemos nesta tarde uma cópia xerox, consta dos autos que estão investigando os grampos realizados para investigar a questão do MST no Estado do Paraná, e com bastante surpresa, lamentando a decisão tomada pela Juíza Elizabeth Cater, que temos o fax que prova que houve efetivamente atos arbitrários e ilegais. Primeiro a escuta começou no dia 10, o pedido foi deferido dia 11, mas efetivamente o pedido assinado foi feito no dia 12. É uma retroação da vontade política do Governo do Estado, associado a imparcialidade de Elizabeth Cater, comprovada por documentos que estão em nossas mãos, estão nos autos, que são públicos e que veio ao nosso conhecimento. É lamentável que esta posição esteja ferindo a dignidade de muitos trabalhadores rurais do Estado do Paraná. Sobre tudo, vem confirmar a notícia da Folha de São Paulo, que a juíza comemorava com ruralistas latifundiários e comprovada efetivamente a imparcialidade da juíza, que merece sobretudo uma ação, uma investigação para que o Tribunal de Justiça efetivamente valide, faça uma verificação desses documentos, Está comprovado portanto, a imparcialidade da Juíza Elisabeth Cater.

O Sr. **Ângelo Vanhoni**

Peço palavra para um esclarecimento.

Gostaria de solicitar a assessoria da Mesa, protocolei um Requerimento que não foi lido. Gostaria que V.Exa. lesse hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito que o 1º Secretário faça a leitura do requerimento do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Requerimento nº 1326, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fico adiado para amanhã na forma regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 17, às 10:00 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 204/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 266/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 074 e 197/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019, 257, 261, 276 e 310/99.

Convoco ainda, os Senhores Deputados para a Sessão Solene de outorga de Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Dr. Luiz Roberto Werner Rocha, por proposição do Senhor Deputado Algaci Tulio, a se realizar quinta-feira, dia 17, às 15:00 horas.

Levanta-se a sessão.

OFÍCIO Nº 11/99

Curitiba, em 11.06.99.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente a presença de Vossa Senhoria apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MAIO/99, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.



Certo de sua atenção reitero a Vossa Senhoria  
protestos de estima e consideração.

(a) EDISON CARLOS DE OLIVEIRA  
Coordenador de Contabilidade

ILUSTRÍSSIMO SENHOR  
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI  
Mui Digno Diretor da Diretoria de Apoio Técnico  
desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO MÊS:Maio ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: MaioExercício: 1999		REF: GAR260A PAG.: 01 Data:31/05/99
RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	6.610.000,00	34.250.000,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA CORRENTES	6.610.000,00	34.250.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	500.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	6.610.000,00	34.750.000,00
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	2.548.281,00	3.723.726,23
DÉBITOS DE TESOUREARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.548.281,00	3.723.726,23
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	2.548.281,00	3.723.726,23
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	15.785.556,56	11.922.822,27
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	15.785.556,56	11.922.822,27
TOTAL	24.943.837,56	50.396.548,50

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Maio MÊS: Maio Exercício: 1999	REF: GAR260A PAG: 02 Data: 31/03/99
--	---

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	7.517.813,80	30.341.907,43
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.586.824,08	25.670.496,81
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	930.989,72	4.671.410,62
DESPESAS DE CAPITAL	27.815,00	72.153,20
INVESTIMENTOS	27.815,00	72.153,20
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	7.545.628,80	30.414.060,63
II - EXTRA-ORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	4.184,00	1.565.410,63
PAGAMENTOS	4.184,00	1.565.410,63
CANCELAMENTOS	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
REALIZÁVEL	0,00	0,00
PENDENTE	0,00	0,00
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	480.484,00	1.503.536,48
DÉBITOS DE TESOURARIA	0,00	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	480.484,00	1.503.536,48
INTERLIGAÇÃO DE SISTEMAS	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	484.668,00	3.068.947,11
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
CAIXA	0,00	0,00
BANCOS	16.913.540,76	16.913.540,76
VINCULADO	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	16.913.540,76	16.913.540,76
TOTAL	24.943.837,56	50.396.548,50